

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

RECIFE, 2011

SUMÁRIO

A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO POR MEIO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 22 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A SENTENÇA INTERNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA O EFETIVO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

NEOCONSTITUCIONALISMO NO BRASIL: ADOÇÃO DE PREMISSAS PRINCIPIOLÓGICAS E AMPLIAÇÃO DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIÁRIA, À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PREQUESTIONAMENTO E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MERAMENTE PROTETATÓRIOS

DIREITO TRIBUTÁRIO PÁTRIO E ALEMÃO, À LUZ DOS CONCEITOS DE FATO JURÍDICO, SEGURANÇA JURÍDICA E RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA

O ENCARGO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA EXPANSÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

O CASO DE WINSTON CAESAR vs. TRINIDAD Y TOBAGO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

O PLURALISMO E A TOLERÂNCIA NO SISTEMA JURÍDICO: O PROBLEMA DA DIFERENÇA

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E O CASO BAENA RICARDO E OUTROS VS. PANAMÁ

A LEI MARIA DA PENHA E OS CRIMES PRATICADOS CONTRA A MULHER NOS CONTEXTOS DOMÉSTICO E FAMILIAR NO RECIFE

DIREITO A MORADIA: CONCRETIZAÇÃO ATRAVÉS DE DECISÕES JUDICIAIS

A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO A PARTIR DE DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JURÍDICO: INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NA LEI MARIA DA PENHA

A LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO AGRESSOR NA CIDADE DO RECIFE (ANO 2007-2008)

FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DOMÉSTICOS NA LEI 11.340/2006: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA PUNITIVO

A COMPETÊNCIA CONCORRENTE: UMA VISÃO DA CAPACIDADE LEGISLATIVA DOS ESTADOS-MEMBROS

ANÁLISE CRÍTICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS APLICADAS COM BASE NA LEI MARIA DA PENHA NOS ANOS DE 2007 E 2008

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA SISTEMÁTICA DO ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, ESTRATÉGIA E ENTENDIMENTO: A MODERNA POLÍTICA DE DIFERENÇA NAS BASES DE UMA PRESCRIÇÃO JURISPRUDENCIAL CONSTITUCIONAL

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL EM QUESTÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL E O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

GATEKEEPERS NA SUPREMA CORTE: A SELETIVIDADE NEGATIVA DAS QUESTÕES SEM JULGAMENTO OBJETO DE ARGUIÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

CULTURA DE MASSA E CULTURA POPULAR, OS LIMITES DA CULTURA DE PERIFERIA NO RECIFE

O CASO 19 COMERCIANTES VS. COLÔMBIA NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DIREITO A INFORMAÇÃO E PROFISSÃO DE JORNALISTA

AS COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS DOS ENTES FEDERATIVOS PARA LEGISLAR, NA VISÃO DO STF

A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO: TEORIA E EVIDENCIA EMPÍRICA PARA ARGENTINA, BRASIL E CHILE

A DEMOCRATIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL A PARTIR DO PROCEDIMENTO ESTABELECIDO PELA LEI 9882/99: UMA PERSPECTIVA DERRIDIANA

SELETIVIDADE POSITIVA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE DAS ARGUIÇÕES POR DESCUMPRIMENTO A PRECEITO FUNDAMENTAL EFETIVAMENTE JULGADAS

O PAPEL DO STJ NA EXPANSÃO DAS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO

A IMITAÇÃO CONSTITUCIONAL ESTADUAL DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A FALTA DE INOVAÇÃO DOS CONSTITUINTES ESTADUAIS

A EXPANSÃO DAS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO COM RELAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE

A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA EFETIVA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO

CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS NA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

BIOPOLÍTICA E DIREITO NA OBRA DE MICHEL FOUCAULT: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS

CENTRALIZAÇÃO FEDERATIVA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DAS DECISÕES DA CORTE SOBRE QUESTÕES ENVOLVENDO A FEDERAÇÃO

AS CONTRAVENÇÕES PENAIS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A INFLUÊNCIA FRANCESA NA ARQUITETURA DO RECIFE

BIOPOLÍTICA, MULTIDÃO E POTÊNCIAS: UM DIÁLOGO ENTRE ANTONIO NEGRI E MICHAEL FOUCAULT

FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS NA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

PRECEITOS INDEFESOS: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SUBMETIDOS AO STF VIA ARGUIÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

O CASO ESCHER E OUTROS VS. BRASIL NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

O CONCEITO DE BIOPOLÍTICA EM GIORGIO AGAMBEN: UMA NOVA ABORDAGEM DO PROBLEMA DA SOBERANIA

A LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DA OFENDIDA NA CIDADE DO RECIFE (ANO 2007-2008)

A IDEOLOGIA NO DISCURSO DECISÓRIO EM QUESTÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO: TEORIA E EVIDÊNCIA EMPÍRICA PARA PAÍSES DO MERCOSUL E CHILE

A RELATIVIZAÇÃO DO CASO JULGADO NOS IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ARGENTINOS E BRASILEIROS

A UTILIZAÇÃO DO PROCESSO PARA CONSEGUIR OBJETIVO ILEGAL: HIPÓTESE DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

A DEMOCRATIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL A PARTIR DO PROCEDIMENTO ESTABELECIDO PELA LEI 9868/99: ANÁLISE DO PODER DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DO STF

LIBERDADE DE IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO ARGENTINA

UM ESTUDO COMPARADO ENTRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E O IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA EM UM DIREITO TRIBUTÁRIO TRANSCONSTITUCIONAL NOS ESQUEMAS DE LAVAGEM DE BENS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E AS MULTAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O CONCEITO DE CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA E SUA INTERFERÊNCIA NA CONCEPÇÃO DE PRODUTOS JORNALÍSTICOS EM SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO POR MEIO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 22 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Alan Leite Meirelles Monteiro¹; Marcelo Labanca Corrêa de Araujo²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário.

E-mail: alanvaipra@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas

E-mail: labanca@unicap.br

Vigora no sistema constitucional brasileiro instituído em 1988, para fins de repartição de competência, o que a doutrina denomina de “predominância de interesse”, cabendo à União as matérias e questões em que prevalecem os interesses gerais da federação como um todo, reservando-se aos Estados assuntos regionais (art. 25, §1º, da CF) e aos Municípios (art.30, da CF) temas locais. Esse modelo de repartição de competência é chamado de concorrente, tendo por fundamento o princípio da subsidiariedade que acaba por favorecer a descentralização política e a preservação da união na diversidade do Estado Federal. Por outro lado, a CF/88 estabeleceu a repartição de competências legislativas privativas, os quais se atribuem a cada ente federado uma área de atuação privativa. Segundo o parágrafo único do art. 22, existe a possibilidade de os Estados-membros, se houver lei complementar que os autorize, de legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas nesse artigo. Questiona-se, então, a efetividade do par. único do art. 22 no que concerne a maior descentralização legislativa para os Estados-membros. Através da coleta de dados, ainda em andamento, dos julgados do STF quanto a inconstitucionalidade de Leis Estaduais que acabam por invadir a competência privativa da União, é possível observar que, mesmo não havendo a delegação estipulada no § único do art. 22, os Estados-membros, acabam legislando matéria privativa da União. Não são poucos os casos em que essa invasão da competência legislativa da União acontece, e sempre nas decisões, expõe-se a mesma questão, a ausência de Lei complementar que autorize os Estados-membros. Como mecanismo de defesa para combater a inércia legislativa da Lei Complementar, ter-se-ia a ADIn por omissão, entretanto, diante da faculdade estipulada pelo constituinte originário no parágrafo único do art. 22, ficam os Estados-membros impossibilitados de propor ADIn por omissão, pois não há de se falar em conduta negativa quanto ao § único do art. 22, pois trata-se de uma faculdade concedida ao legislador complementar federal. Ante o exposto, a intenção de descentralização legislativa a que se propõe o § único do art. 22, não possui aplicabilidade prática, pela inércia do legislador federal.

Palavras-chave: federalismo, repartição de competências, jurisdição constitucional.

Projeto de Pesquisa: Judicialização do Federalismo como uma Face da Judicialização Política.

A SENTENÇA INTERNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA O EFETIVO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

Aline de Hollanda dos Passos¹; Jayme Benvenuto Lima Júnior²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC UNICAP. E-mail: aline_14_hollanda@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciência Jurídicas; E-mail: benvenutolima@uol.com.br

Partindo da análise da sentença “*Caso Kimel Vs. Argentina*”, proferida em 2 de maio de 2008, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, a pesquisa concentrou-se em determinar o conteúdo e o alcance da decisão internacional no âmbito do Estado argentino. O cerne do debate é a proteção efetiva da liberdade de expressão como condicionante à democracia participativa. Houve flagrante violação desse direito pelo Estado quando da condenação de Eduardo Kimel, escritor, investigador e historiador, às sanções penais pela suposta violação à honra de um magistrado que estava investigando alguns dos assassinatos que ocorreram em um dos períodos anti democráticos da história da Argentina, objeto de estudo do profissional, que publicou uma obra divulgando informações relevantes a esse respeito. Nesse contexto, o Sr. Kimel dedicou um parágrafo à crítica da atuação do Poder Judiciário, segundo suas impressões, a partir da investigação, impulsionando, assim, o pluralismo informativo e a fiscalização dos funcionários públicos, que estão sujeitos a um maior exame da sociedade. As leis que punem a expressão ofensiva contra funcionários públicos (desacato) atentam contra a liberdade de expressão e o direito à informação, por isso, a Corte IDH afirmou a necessidade de se modificar a legislação argentina, em um prazo razoável, a fim de evitar futuras violações à liberdade de expressão, demonstrando o caráter cogente dessa decisão, que representa um importante avanço para a eficácia da proteção dos Direitos Humanos e impedimento ao retrocesso das censuras do passado em prol da plena liberdade de expressão de todos os cidadãos(ãs). Assim, esse caso propicia a discussão do tema no âmbito internacional.

Palavras-chave: liberdade de expressão; corte interamericana de direitos humanos; sentença; eficácia; argentina.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: para uma demarcação do processo de domesticação do “político” pela jurisdição constitucional no Brasil.

NEOCONSTITUCIONALISMO NO BRASIL: ADOÇÃO DE PREMISSAS PRINCÍPIOLÓGICAS E AMPLIAÇÃO DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIÁRIA, À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Amanda Gabrielle de Queiroz Silva¹ João Paulo Fernandes Allain Teixeira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; bolsista da UNICAP. E-mail: amandaqueiroz@hotmail.co.uk

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jpallain@hotmail.com

O neoconstitucionalismo, consubstanciado ao pós-positivismo, é o plano de fundo do cenário ao qual nos desdobramos, sendo, em verdade, pertinente à temática da judicialização da política e do ativismo judicial. A inserção do meio jurídico a um novo contexto de hermenêutica constitucional, tendo por instrumento a adoção de princípios gerais do direito, torna-se matéria de relevância pública, pois a novidade fenomênica vem concebendo novos rumos ao Judiciário, que não só a *iurisdictio* – reflexos que exigem extrema cautela e observância em razão necessária manutenção de uma estrutura estatal democrática. Eis, portanto, nossa indagação fundamental: a exacerbada adoção de princípios gerais realçaria a discricionariedade judiciária, ao ponto de corromper o nosso modelo de tripartição de poderes? Partindo da análise do desempenho do STF enquanto guardião da constituição, entendemos que, por mais que instrumentos como o do *amicus curiae* venham sendo incrementados no procedimento da decisão, ainda há um sério disparate entre representantes e representados, bem como um enorme poder de dirigismo nas mãos de uma cúpula não elegível pela vontade popular. O ideal é que quem interpreta não o faça com seus iguais, pois a substancial representação democrática não exige somente alguns membros do corpo político, sem especificidade, aniquilando as várias formas de existência política, mas sim verdadeiros *representantes*, em deliberação mediata com o povo, concluindo-se o exercício total da soberania. Em busca da conclusão pelo real papel constitucional, esbarramos no delicado diálogo entre Dworkin e Häberle. Este entende a Constituição como uma norma a ser interpretada pela conjuntura do pluralismo social, aquele defende a Constituição como detentora de um sentido ideológico próprio a ser aplicado na comunidade. Concluimos pela lógica democrática häberliana, pois a ideologia una de uma constituição acarretaria uma jurisprudência esmagadora da diversidade étnica e cultural em nosso país. Histórico fora o desenvolvimento belicoso da maioria dos Estados nacionais, tendo surgido, em regra, à custa de povos inferiores e marginalizados. É preciso que agora se dê voz à diferença a partir da adoção de uma práxis comunitária, para que se possa, no neoconstitucionalismo, garantir a égide da democracia.

Palavras-chave: democracia; hermenêutica constitucional; substancialismo; procedimentalismo.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para uma Demarcação do Processo de Domesticação do “Político” pela Jurisdição Constitucional no Brasil.

PREQUESTIONAMENTO E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MERAMENTE PROTELATÓRIOS

Amanda Perruci Oliveira¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciência Jurídica; IC Voluntário. E-mail: amandaperrusi@hotmail.com ²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciência Jurídica; E-mail: luciograssi13@gmail.com

O presente projeto foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais e tendo como fontes a legislação, doutrina, jurisprudência e direito comparado. Visa estudar no âmbito dos Recursos Extraordinário e Especial – sob a perspectiva atual da necessidade de acelerar o curso processual, evitando a sua dilatação e congestionamento do judiciário – o uso exacerbado e desvirtuado dos Embargos de Declaração que ensejam a litigância de má-fé. Os embargos de declaração podem ser definidos como o recurso destinado a pedir ao juiz ou juízes prolatores de ato decisório – seja decisão interlocutória, sentença ou acórdão – que esclareçam obscuridade, eliminem contradição ou supram omissão existente no julgado. Visando atender as peculiaridades do Recurso Extraordinário e Especial faz-se necessária a observância do instituto do prequestionamento, consagrado pela jurisprudência e pelos Regimentos internos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente. O instituto supramencionado fundamenta-se na exigência de que a matéria que verse o referido recurso, seja ele Extraordinário ou Especial, já tenha sido ventilada e decidida na instância de origem. Essa exigência possui, como consequência direta, a interposição de embargos de declaração nas decisões em que essa questão não foi decidida e discutida, e implica na postergação do marcha processual, visto que é característica intrínseca dos embargos declaratórios a interrupção do prazo para qualquer outra eventual impugnação. Apesar de, por vezes, serem utilizados sem o intuito de delongar o processo, os embargos de declaração, quando desvirtuados da sua função primordial e com fins meramente procrastinatórios, afiguram-se na hipótese de litigância de má-fé. Esta é repudiada em todo o âmbito jurídico, inclusive com a imposição de sanção para as partes que se valerem de tal mecanismo. Na prática, é possível a observância de decisões que, embora reconheçam a presença da má-fé, não aplicam a sanção determinada pelo legislador. Como consequência direta dessa impunidade, observa-se hoje, no ordenamento jurídico, o uso exacerbado dos embargos de declaração sufocando o judiciário com demandas inócuas.

Palavras-chave: recursos extraordinário e especial; efeito protelatório; litigância de má-fé; sanção; súmula nº 98 do superior tribunal de justiça.

Projeto de Pesquisa: O Princípio da Proibição no Processo Civil Brasileiro.

DIREITO TRIBUTÁRIO PÁTRIO E ALEMÃO, À LUZ DOS CONCEITOS DE FATO JURÍDICO, SEGURANÇA JURÍDICA E RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA

Arthur Pinheiro Alencar¹; Hélio Sílvio Ourém Campos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC/UNICAP. E-mail: arthuralencar88@uol.com.br

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ouremcampos@jfpe.gov.br

Visando a associar a teoria à prática cotidiana, pavimentou-se uma relação trinitária ladeada por um percurso histórico-jurídico. Contudo, antes de incursionar por este caminho, é mister analisar a estrutura básica do Direito Tributário alemão, e compreender a relação entre fato jurídico e isonomia. Afinal, só em 2007, a Secretaria de Patrimônio da União, ao subsumir o fato à norma, ameahou, na cobrança de laudêmios, aforamentos e ocupações, pouco mais de 3,3 bilhões de reais. Logo, tem-se por objetivo científico compreender crítica e criteriosamente, como alguns institutos lidam com montantes, por vezes, inversamente proporcionais à atenção que o cidadão lhes deveria prestar. Para tanto, elaborou-se um estudo lógico-dedutivo, através de uma pesquisa descritiva, e do levantamento e análise de literatura. Neste ponto, dar-se-á início ao estudo do Imposto de Sisa (1809), seguido pela Preamar de 1831 e Lei de Terras de 1850. Não se pode olvidar ainda as opostas entre os “Patrimônios de Santos” e a Alemanha do século XII, da qual ainda há exemplares de propriedades conservados em texto original. Ato contínuo estudam-se os terrenos de marinha e o Projeto Orla. Neste ponto, há uma análise jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (1988-2010): da totalidade de recursos (231), Santa Catarina, foi quem mais demandou; a notificação pessoal de interessados (quando certos e identificados) para a demarcação dos terrenos de marinha foi o assunto mais recorrente. Por fim, no âmbito da segurança jurídica e relativização da coisa julgada, percebe-se que a gradual aproximação entre a esfera público-privada, por vezes, turva a necessidade de o Estado portar-se qual um dos guardiões da ordem social. Diante do exposto, conclui-se, até o presente momento, pelo partidarismo da discussão e do levantamento de problemas, associado ao afastamento de soluções imutáveis. Pugna-se pelo afastamento de colonialismos requentados, e seus sistemas jurídicos arbitrariamente importados e aplicados. Dessarte é premente traçar um raio de visão ético, amplo e crítico, quer no que diz respeito à subsunção dos motivos que levem às práticas, quer no momento de instituir impostos, taxas, quer no instante de rever um entendimento há muito firmado.

Palavras-chave: relações histórico-jurídicas dos institutos; direito comparado; análise jurisprudencial.

Projeto de Pesquisa: As Questões de Massa ou Seriadas no Âmbito da Relativização da Coisa Julgada e do Princípio da Isonomia em um Direito Tributário Transconstitucional.

O ENCARGO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA EXPANSÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Bruna Barboza Correia dos Santos¹; Walber de Moura Agra²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: bruna.barboza@uol.com.br

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: walberagra@uol.com.br

Este projeto foi desenvolvido com o escopo de buscar informações acerca da expansão das decisões judiciais e identificar de que forma o Supremo Tribunal Federal atua nesse fenômeno. Portanto, ressalte-se que essa expansão decorre da supremacia da Constituição ensejada pela superação da clássica teoria da separação dos Poderes. Assim, o fenômeno em análise se caracteriza pela transferência ao Judiciário de questões políticas e morais e pela postura interpretativa voltada à realização dos direitos fundamentais. Essas características se coadunam com o principal objetivo do novo constitucionalismo: a efetivação dos direitos fundamentais. Nesse sentido, os Poderes deveriam atuar em harmonia, com a finalidade de materializar os valores supremos. Todavia, devido à insuficiência prestacional do Poder Executivo e regulatória do Legislativo para a concretização desses valores, os direitos fundamentais são crescentemente demandados ao Judiciário. De tal forma que o Pretório Excelso se vê diante do grande desafio de realizar e garantir a justiça constitucional sem afetar o equilíbrio entre os Poderes. O trabalho possui como justificativa a necessidade de a comunidade científica conhecer a atuação do Supremo Tribunal Federal na expansão das decisões judiciais para solidificar a sua legitimidade nesse fenômeno e proteger a supremacia constitucional. O estudo objetivou explicar os fatores que fomentaram o mencionado alargamento, além de delinear as suas características. Ademais, o projeto visou a determinar a função do Egrégio Tribunal na expansão sob exame. A metodologia adotada foi a da pesquisa teórica, bibliográfica, explicativa e qualitativa. Entre os resultados obtidos, identificam-se as dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário na concretização da justiça constitucional e a necessária reflexão acerca da legitimidade do Supremo Tribunal Federal no desempenho de seu encargo. Conclui-se que o Pretório Excelso é chamado a atuar de forma política e criativa na expansão das decisões judiciais. Desse modo, o Colendo Tribunal é responsável por atender à complexidade das questões político-jurídicas que lhe são demandadas sem se desvincular dos limites e valores constitucionais.

Palavras-chave: direitos fundamentais; expansão; supremo tribunal federal

Projeto de Pesquisa: A Expansão das Decisões Judiciais

O CASO DE WINSTON CAESAR vs. TRINIDAD Y TOBAGO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Bruno José Pedrosa de Arruda Gonçalves¹; Jayme Benvenuto Lima Junior²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista Unicap. E-mail: brunojpgedrosa@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jayme@unicap.br

A judicialização da política ocorre a partir do momento em que o Poder Judiciário é chamado a se pronunciar sobre determinadas situações nas quais o funcionamento do Legislativo e do Executivo se mostra falho e/ou insuficiente. O fenômeno evidencia-se nos planos nacional e internacional. Internacionalmente, é crescente a produção de sentenças pelas cortes de direitos humanos – como no caso da corte interamericana de Direitos Humanos – na perspectiva da correção de rumos em relação às políticas e à produção jurisdicional no plano nacional. Por ser evidente a carência de compreensão dos conteúdos das sentenças internacionais pelos aplicadores do Direito e, sem dúvida, pelo público em geral, é de relativa importância efetivar uma espécie de tradução de todo o sentido jurídico/político existente no cerne das citadas sentenças. O objetivo fundamental consiste em executar uma análise referente sobretudo às práticas institucionais efetivadas pelo Poder Judiciário Internacional, no que diz respeito ao processo de domesticização da Política pelos Tribunais. O presente trabalho versa sobre as respostas dadas pelo Sistema Interamericano ao julgado “Winston Caesar vs. Trinidad y Tobago”. O caso é referente a uma série de violações de direitos por parte do Estado de Trinidad y Tobago. A vítima foi Winston Caesar, que foi processado por tentativa de estupro e sentenciado a 20 anos de reclusão e a receber 15 chibatadas de um instrumento específico. Ao ser encarcerado, o Sr. Caesar sofreu inúmeras torturas tanto físicas como psicológicas. Além de tudo, a ele foram negados tratamentos médicos adequados, o que fez com que fosse desencadeando sérios problemas de saúde. Em suma, suas condições carcerárias eram absurdamente subumanas. Ao ser condenado pela Corte Internacional de Direitos Humanos a efetuar algumas reparações à vítima, o Estado de Trinidad y Tobago simplesmente retificou a Convenção Americana de Direitos Humanos, não estando mais obrigado, dessa forma, a cumprir seus artigos.

Palavras-chave: sistema interamericano de direitos humanos; sentenças; domesticização; condições carcerárias; tortura.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: para uma demarcação do processo de domesticação do “político” pela jurisdição constitucional no Brasil.

O PLURALISMO E A TOLERÂNCIA NO SISTEMA JURÍDICO: O PROBLEMA DA DIFERENÇA

Bruno Lemos Hinrichsen¹; João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira²

¹Estudante do Curso de direito, do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: brunohin@gmail.com

²Professor do Curso de direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jpallain@hotmail.com

O Estado Democrático de Direito já não mais persegue a ideia de um organismo único e puro. Na verdade, hodiernamente existe a busca pela assimilação dos empenhos plurais e multiformes, de sorte que o princípio da igualdade não vem sem ser atrelado ao da tolerância, permitindo-se falar em pluralismo. Sendo assim, de acordo com a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, vez que o sistema cada vez mais integra conceitos, princípios, objetos e sujeitos anteriormente estranhos a sua substância, fica evidente que a evolução sistêmica enseja a caracterização do pluralismo e, não fosse bastante, tolera toda sorte de diferenças. Não obstante, seguindo Deleuze, a diferença no seio da igualdade jurídica é, antes de tudo, um princípio excludente, solapando toda a diferenciação e estabelecendo medidas de pluralidades toleráveis, quer dizer, condizentes com o ideal político vigente. Para tanto, o objetivo sempre fora explorar como a democracia encara as diferenças e como, outrossim, o processo decisório é capaz de direcionar, senão controlar, a produção democrática. Dessa maneira, a partir de pesquisa bibliográfica atrelada às pesquisas jurisprudencial e doutrinária, foi realizado o presente trabalho, obtendo-se como resultado, no que toca à questão da diferença no âmbito do pluralismo, uma dupla configuração. Primeiramente, percebeu-se que, se, por um lado, aquela é vergastada pela simples menção do pluralismo enquanto objeto de estudo do sistema, ou seja, recepção e interiorização do diferente através de processos normatizadores e normalizadores, por outro lado, partindo do viés sistêmico, é extremamente necessário que se legisle acerca da multiplicidade a fim de conseguir pretender a complexidade social, abarcando a máxima parcela da sociedade e criando um organismo tanto mais condizente com a realidade. Ademais, no que toca ao processo decisório, concluiu-se que a diferença deve ser afastada, pois antes o caso concreto passa a ser julgado por tribunais, cuja intenção maior é a uniformização da jurisprudência. Assim, a tendência é o julgamento por parcelas, quer dizer, igualdade simbólica para grupos não iguais.

Palavras-chave: processo decisório; complexidade; democracia.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para uma Demarcação do Processo de Domesticação do “político” pela jurisdição constitucional no Brasil.

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E O CASO BAENA RICARDO E OUTROS VS. PANAMÁ

Camila Vieira Marinho¹; Jayme Benvenuto Lima Junior²

¹Estudante do Curso de direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista do CNPq. E-mail: camila_vmarinho@hotmail.com

²Professor do Curso de direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jayme@unicap.br

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) leva a cabo a verificação da responsabilidade internacional do Estado pelas possíveis violações aos Direitos Humanos estabelecidos no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Apesar de ser mecanismo eficiente de efetivação dos Direitos Humanos, o SIDH é pouco conhecido, estudado e utilizado no Brasil, assim, como há uma carência na compreensão dos conteúdos das sentenças internacionais dele advindas, pelos aplicadores do direito e pelo público em geral. O referido sistema de proteção apresenta-se como um importante mecanismo de ampliação do acesso do indivíduo à Justiça. O estudo visa a traduzir os sentidos jurídico e político contido nessas sentenças na perspectiva de ampliar o conhecimento científico dos aplicadores do direito e a utilização dessa ferramenta pelos brasileiros. O objetivo central consiste em analisar as estratégias argumentativas e as práticas institucionais levadas a efeito pelo SIDH no processo de internalização da política pelo Direito e os dilemas estruturais decorrentes do aumento de sua atuação em referência a estados nacionais. A pesquisa analisou criticamente o julgado *Baena Ricardo y otros Vs Panamá*. Estes caso constitui um precedente valioso para a pesquisa por ser o primeiro que a Corte entende haver violação de Direitos Laborais – compreendida na demissão arbitrária de 230 funcionários públicos grevistas. A sentença averigua a violação ao Direito Humano ao Trabalho, denúncia de desligamentos ilegais e indenizações indevidas, além de demonstrar que a proteção jurídica e a garantia do devido processo legal é uma frente de resguardo fundamental para a efetiva vigência do Direito Laboral, tanto no âmbito interno quanto no internacional.

Palavras-chave: sistema interamericano de direitos humanos; sentenças; domesticização; devido processo legal; direito laboral.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: para uma demarcação do processo de domesticação do “político” pela jurisdição constitucional no Brasil.

A LEI MARIA DA PENHA E OS CRIMES PRATICADOS CONTRA A MULHER NOS CONTEXTOS DOMÉSTICO E FAMILIAR NO RECIFE.

Carolina Salazar l'Armée Queiroga de Medeiros¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista do CNPq; e-mail: carol.salazar13@gmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; e-mail: mariliamello@hotmail.com.

A alarmante presença de inúmeros casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, até então desconhecidos e ignorados na sociedade brasileira, foi evidenciada dentro dos Juizados Especiais Criminais. As soluções dadas à violência de gênero nesses juizados demonstraram-se, contudo, ineficazes, por não compreenderem a natureza específica da violência doméstica, desconsiderando a histórica relação hierarquizada e de poder sobre as mulheres no ambiente afetivo e familiar. Destarte, com a intenção de criar mecanismos para coibir e prevenir estes tipo de violência, surgiu a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Como não criou novos tipos penais, diante do conceito e identificação das formas de violência doméstica contra a mulher dados pela nova lei, há, no ordenamento jurídico brasileiro, uma ampla gama de delitos que podem ser praticados contra a mulher nos contextos doméstico e familiar. Surge daí, portanto, a necessidade de se delimitar os principais crimes cometidos contra a mulher nesse contexto como também constatar e analisar as consequências geradas pelo tratamento jurídico-penal dado pela nova Lei a esses crimes. O estudo se desenvolveu, primeiramente, através da leitura de livros, artigos e precedentes jurisprudenciais. Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo no Juizado da Mulher da cidade do Recife e, através da análise dos processos de 2007 e 2008 e do método indutivo de pesquisa, constatou-se que os crimes com maior incidência naquele juizado são: ameaça (38,1%); lesões corporais (19,7%); injúria (17%); difamação (11,6%); e calúnia (3,4%). Por fim, o tratamento dado pela Lei 11.340/2006 valeu-se de estratégias repressivas voltadas para um modelo de justiça comprovadamente ineficaz, evidenciando, assim, a expansão do Direito Penal no ambiente privado-familiar. Ademais, deixou de contemplar as expectativas das mulheres vítimas, que não almejam a persecução penal de seus agressores, mas o rompimento do ciclo de violência e restabelecimento da paz no lar. Portanto, na prática judiciária, em atenção às necessidades das vítimas, a severidade da Lei vem sendo amenizada, evidenciando a ineficácia do Direito Penal para a solução da violência doméstica.

Palavras-chave: Lei 11.340/2006; violência doméstica contra a mulher; expansão do direito penal.

Projeto de Pesquisa: Do juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: A Expansão do Direito Penal na Violência Doméstica Contra a Mulher no Brasil.

DIREITO A MORADIA: CONCRETIZAÇÃO ATRAVÉS DE DECISÕES JUDICIAIS

Clarissa Ferraz Monteiro ¹; Walber de Moura Agra ²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário; E-mail: clari_ferraz@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: walberagra@uol.com.br

É possível perceber a expansão da atuação do Poder Judiciário, o que permite a efetivação dos mandamentos constitucionais - sobretudo dos direitos fundamentais, através da proteção contra intervenções do Poder Público e de particulares que os possam tolher, e por meio do seu reconhecimento, dotando-os de eficácia. A concretização dos direitos sociais carece de prestações fáticas e normativas do Estado: daí o papel do Poder Judiciário para obstar a omissão dos Poderes Executivo e Legislativo. Destaca-se o direito fundamental à moradia, direito social que carece de tutela jurisdicional tendo em vista não só proteger, mas também assegurar a moradia digna. A jurisdição constitucional visa proteger e tornar efetivo o conteúdo constitucional, deixando inudivisa a supremacia que a Carta Magna ostenta e o seu caráter suprallegal, cujo reconhecimento se faz imprescindível à proteção mais ampla dos direitos fundamentais. O presente trabalho tem como justificativa o contexto de expansão das decisões do Poder Judiciário – em todas as suas instâncias, destacando-se principalmente a atuação do Supremo Tribunal Federal. A judicialização traz em seu entorno a mitigação da separação de poderes, suscitando um embate entre a legitimidade do Poder Executivo, haurida da soberania popular, e a suprallegalidade da Constituição -, a qual vem tornando-se inegável, em tempos de neoconstitucionalismo -, que justificaria a densificação das decisões judiciais. O objetivo geral consiste em verificar a expansão das decisões judiciais, tendo-se como parâmetro sobremaneira a experiência pátria, evidenciada através de análise jurisprudencial, e seus reflexos para uma nova acepção da separação de poderes. Os objetivos específicos configuram-se em analisar como o fenômeno da judicialização atua no sentido de efetivar as normas agasalhadas pela Lei Maior, e para assegurar um mínimo de eficácia aos direitos fundamentais sociais, direitos de segunda geração. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a teórica, que viabilizaram a formação de um substrato doutrinário. Ademais, foi realizada análise jurisprudencial, posteriormente confrontada com os parâmetros teóricos, permitindo-se uma conclusão acerca do tema pesquisado. Como resultados, a verificação da densificação das decisões judiciais relativas a direitos fundamentais - considerando especialmente o direito à moradia - e a constatação do crescente reconhecimento do status jurídico que lhes é devido, bem como do firmamento da sua eficácia na seara fática.

Palavras - chave: poder judiciário; direitos fundamentais; neoconstitucionalismo; judicialização.

Projeto de Pesquisa: A Expansão das Decisões do Poder Judiciário.

A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO A PARTIR DE DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO.

Clarissa Pereira Borges¹; Walber de Moura Agra²

¹ Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Sociais; Bolsista UNICAP. E-mail: cla.borges27@gmail.com

² Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Sociais; E-mail: walberagra@uol.com.br

O presente projeto de pesquisa possui o fator teleológico de examinar a real situação da educação brasileira e sua efetividade pelo Poder Judiciário, além de analisar, através de jurisprudências, os pressupostos e os mecanismos que provocam uma expansão das decisões judiciais, principalmente o do seu órgão de cúpula, o Supremo Tribunal Federal. Não obstante, tal apanágio não se restringe apenas ao Pretório Excelso, espraiando-se a todas as instâncias do Poder Judiciário. A educação caracteriza-se como um direito social, de segunda dimensão, garantido a todos os cidadãos brasileiros e tem suma importância na construção de uma sociedade justa e solidária. O Estado tem a função de garantir os direitos mínimos para a sociedade, demasiadamente fragmentada, de forma que todos possam viver de forma harmônica em um Estado Democrático de Direito. Deve haver uma tutela jurídica do conteúdo mínimo dos direitos sociais, de forma que não haja um retrocesso por extinção normativa, ou por diminuições de prestações. A justificativa do presente trabalho reside na tentativa de analisar quais as searas em que se verifica uma maior incidência da expansão das decisões judiciais, além de indagar como essas decisões fortalecem os direitos humanos e reestruturam o princípio da separação dos poderes. Tem-se como objetivos analisar a efetividade nas decisões do Poder Judiciário em relação ao direito à educação, verificar o enquadramento do direito à educação sob a epígrafe dos direitos fundamentais como parcela indissociável do chamado mínimo existencial e demonstrar, através das análises das decisões judiciais, a essencialidade dos direitos sociais, almejando contribuir na sua concretização de forma eficaz. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a jurisprudencial, ao passo que foram colhidos parâmetros teóricos para o desenvolvimento das análises propostas. Devido ao fato de a pesquisa ser teórica, o substrato doutrinário foi imprescindível para a formulação do marco teórico que ajuda na concretização dos direitos sociais. Os resultados se consagram na escolha dos casos que atestam a expansão das decisões judiciais em relação à educação, garantindo sua eficácia na realidade fática bem como na aferição dos marcos teóricos para análise das consequências do fenômeno da expansão das decisões.

Palavras-chave: expansão das decisões judiciais; mínimo existencial; judicialização; direitos sociais.

Projeto de Pesquisa: A expansão das decisões do Poder Judiciário.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO JURÍDICO: INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NA LEI MARIA DA PENHA

Damaris Rodrigues Muniz de Freitas¹; Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves²

¹Estudante do Curso de direito do Centro CCJ; Bolsista da UNICAP.

E-mail: damarismuniz2@yahoo.com.br

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: virginia.colares@gmail.com

A Lei 11.340/2006 possui um caráter repressivo, preventivo e assistencial, ao criar mecanismo para coibir a modalidade de agressão doméstica contra a mulher. Quando se faz a leitura da lei, percebe-se que o Estado trata a mulher como sexo frágil, como vítima, usando a expressão “*ofendida*”, deixando desprotegido o homem, vez que sempre o trata com a expressão “*agressor*”. Essa superproteção do sexo feminino é realçada também ao notar-se que, por 32 vezes, é vista no texto dessa norma a expressão “*violência doméstica contra a mulher*”, mesmo sabendo juridicamente que essa norma, apesar de carregar o nome de uma mulher, não se aplica apenas às mulheres, e sim aos homens também, como demonstra no art. 5º, II e na nova redação dada ao Código Penal, do art. 129, §§ 9º e 11º, conforme demonstra o art. 44 da referida lei em estudo. A metodologia se inscreve na análise crítica do discurso, que busca verificar a relação existente entre a linguagem e o poder, pois se sabe que aquela é um meio de dominação, que detém força social, legitimando as instituições de poder. A abordagem de Norman Fairclough apresenta o discurso como prática política e ideológica, em diversas relações de poder e dominação, afirmando que um texto é produzido dentro de uma prática discursiva, na qual é realizada a sua interpretação, que, por sua vez, é produzida dentro de uma prática social, que, em nosso estudo, refere-se à prática realizada pelo Poder Legislativo de ditar normas à sociedade. Como resultado, observa-se que os discursos feministas são percebidos nas repetidas expressões “*contra a mulher*”, vindo a palavra “*mulher*” antecedida de palavras que denotam hipossuficiência, como: *contra*, *proteção*, *assegurada*, *atendimento*. Percebe-se também que a norma revela a expressão “*direitos humanos das mulheres*”, evidenciando a ideia de que existem direitos humanos distintos para cada sexo. No art. 2 da norma, percebe-se que o legislador afirma o óbvio, o que já está expresso na Carta Magna; assim, nota-se que o Estado pretende compensar, remediar as desvantagens históricas do passado discriminatório que as mulheres sofreram, ao tentar igualá-las aos homens, a fim de erradicar toda discriminação que se tem com o sexo feminino.

Palavras-chave: lei 11.340/2006; modos de operação de ideologia; judicialização do feminismo.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: para uma Demarcação do Processo de Domesticação do “Político” pela Jurisdição Constitucional do Brasil

A LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO AGRESSOR NA CIDADE DO RECIFE (ANO 2007-2008)

Daniele Nunes de Alencar¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP; E-mail: danielealencar@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: marilia_montenegro@yahoo.com.br

A Lei Maria da Penha causou grande repercussão e vem gerando vários debates desde a sua criação. Um ponto crucial no estudo dela é a identificação do perfil dos agressores, a fim de se buscar em alternativas para minimizar um problema tão presente na realidade brasileira, que é a violência contra a mulher. O presente trabalho teve como objetivo proceder a uma pesquisa de campo, tendo como base os anos de 2007 e 2008, no Juizado da Mulher, na cidade do Recife, e um estudo doutrinário, analisando a Lei 11.340/2006, além de atender aos objetivos do convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Universidade Católica de Pernambuco. O método utilizado na presente pesquisa é o indutivo, pois a pesquisa partiu de constatações particulares (processos que transitaram em julgado) e chegou à elaboração de generalidades (perfil comum aos agressores). A abordagem da pesquisa foi qualitativa, visto que o mundo real foi a base para a coleta de dados. Constatou-se que, nesse tipo de violência, não é possível delimitar um culpado e uma vítima, já que as agressões são recíprocas por se tratar de uma relação íntima de afeto, no qual sujeitos ativo e passivo convivem e têm um alto grau de afinidade. Defende-se a tese de que não é possível outra mulher no polo ativo das situações que se enquadram nessa lei, devido ao fato de se tratar de uma questão de gênero e de a lei ser bem clara ao definir que se trata de um agressor. Com a pesquisa, foram contabilizados dados que comprovam que a maioria desses agressores é pobre, têm um nível de escolaridade baixíssimo, menos de 50 anos, mora em bairros da periferia e tem um emprego sem grandes perspectivas de ascensão profissional e econômica. Um grande problema é que eles dependem de defensores públicos para a sua defesa, os quais não existem em número suficiente. Como envolve uma família ou pessoas com laços de afinidade fortes, as próprias vítimas não sabem bem o que desejam para o agressor e, quando o Estado toma para si a responsabilidade de resolver judicialmente o problema, muitas vezes, a vítima fica insatisfeita com o resultado.

Palavras-chave: lei 11.340/2006; violência doméstica; sujeito ativo.

Projeto de Pesquisa: Do Juizado Especial Criminal À Lei Maria Da Penha: A Expansão Do Direito Penal Na Violência Doméstica Contra A Mulher No Brasil

FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DOMÉSTICOS NA LEI 11.340/2006: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA PUNITIVO

Débora de Lima Ferreira¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista UNICAP. E-mail: debora.lferreira@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: mariliamello@hotmail.com

É perceptível a crescente demanda legislativa criminalizadora da violência doméstica no Brasil. No ano de 1995, com a criação do Juizado Especial Criminal, ocorreu a facilitação do acesso à Justiça; movimentos feministas, no entanto, reagiram no sentido de afastar a Lei 9.099/95 no caso específico de violência doméstica, alegando permissividade do regime dos Juizados por não haver possibilidade de aplicação de pena privativa de liberdade. Surge, então, supostamente para atender aos anseios sociais, a Lei 11.340/2006, que introduziu um enrijecimento do sistema penal no tratamento da violência doméstica e da familiar. A presente investigação teve, pois, o objetivo de comprovar as contradições e compatibilizações entre as funções declaradas e a operacionalidade do sistema penal oferecidas por ambas as leis, utilizando como referencial teórico a criminologia crítica. O projeto desenvolveu-se, inicialmente, a partir de um arcabouço teórico, através de pesquisa bibliográfica (livros, revistas, periódicos, artigos de *internet*, etc.) e, posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo, na qual foram analisados processos-crimes referentes ao ano de 2007 e parte do ano de 2008, no Juizado da Mulher. O método de abordagem empregado foi o indutivo, pois se partiu de informações particulares, suficientemente constatadas, e inferiu-se uma verdade geral. A pesquisa de campo trouxe um estudo com relação à aplicabilidade das penas mais rigorosas previstas na Lei Maria da Penha. Dos 98 processos-crimes, do ano de 2007, analisados, destacam-se os seguintes dados: 95,92% das vítimas não se retrataram antes do recebimento da denúncia; 94,90% dos réus não são reincidentes específicos em violência doméstica; em 100% dos processos-crimes, não houve suspensão condicional da pena e não houve a suspensão condicional do processo; em 99% não houve aplicação de pena privativa de liberdade (1% - pena: entre 3 e 4 anos); e, em 100% não houve aplicação de pena restritiva de direitos (por amplíssima extinção do processo em virtude da ocorrência da decadência). Conclui-se que o maior enrijecimento das penas abstratamente previstas na legislação específica no combate à violência doméstica e familiar é apenas simbólico, tendo em vista que, apesar de as próprias vítimas não se retratarem antes do recebimento da denúncia, ao longo do processo, provocam a decadência, ou seja, a perda do direito de propor a ação penal em face da inércia do seu titular. A ofendida conta com legislação específica, que é sobretudo um estatuto preventivo e assistencial que perpassa o caráter estritamente punitivo, vertentes essas que devem receber maior enfoque no tratamento das políticas públicas de segurança e cuidado à mulher no seio doméstico e familiar.

Palavras-chave: lei 11.340/2006; resolução de conflitos domésticos; criminologia crítica.

Projeto de Pesquisa: Do Juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: a expansão do direito penal na violência doméstica contra a mulher no Brasil.

A COMPETÊNCIA CONCORRENTE: UMA VISÃO DA CAPACIDADE LEGISLATIVA DOS ESTADOS-MEMBROS

Débora Diniz Dourado¹; Marcelo Labanca Correa de Araújo².

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP. E-mail:debyddourado@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail:labanca@unicap.br

A pesquisa, ainda em andamento, procura, inicialmente, dar uma visão global sobre como a competência legislativa concorrente evoluiu nas Constituições Brasileiras e de que forma esse assunto é atualmente abordado pela Constituição Federal de 1988. Buscamos compreender o ativismo que vem sendo exercido pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito das competências legislativas concorrentes. O ponto primordial é a dissecação do artigo constitucional que atribui ao Estado-membro a competência para criar uma legislação concorrente, observando a possibilidade de complementar as normas gerais editadas pela União. Tendo em vista, também, seu caráter suplementar, que, na inexistência de lei federal sobre normas gerais, os Estados podem exercer a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades e a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. Para tanto, fazemos uma pesquisa jurisprudencial sobre o tema, no site do Supremo Tribunal Federal, abordando, primeiramente, os julgados que mostram a participação dos Estados-membros em determinadas normas, a partir do condomínio legislativo. Em seguida, fazemos um compilamento sobre as normas gerais e a possibilidade das entidades estatais de interagir através de normas suplementares, desde que não extrapolem os limites impostos pela própria constituição. Finalmente, fazemos uma dissertação sobre a superveniência das normas estaduais pelas normas federais, construindo esse tema a partir da ponderação do artigo 24, §3 e §4 da CF/88.

Palavras-chave: normas gerais; normas complementares; normas suplementares; superveniência da lei federal; condomínio legislativo.

Projeto de Pesquisa: Judicialização do Federalismo como uma Face da Judicialização da Política: a construção da federação pela jurisdição constitucional.

ANÁLISE CRÍTICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS APLICADAS COM BASE NA LEI MARIA DA PENHA NOS ANOS DE 2007 E 2008.

Diego Leite Spencer¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: diego.leite.spencer@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: mariliamello@hotmail.com

A Lei Maria da Penha – Lei 11. 340/2006 – surgiu para atender ao clamor social, sobretudo do movimento feminista, por punições severas aos crimes de violência doméstica contra a mulher, visando a minimizar o histórico patriarcalismo dominante nas relações íntimas de afeto. Tal norma inovou no ordenamento jurídico ao afastar a incidência da Lei dos Juizados Especiais para que a pena privativa de liberdade seja aplicada a esses crimes, bem como ao propiciar às vítimas medidas protetivas de urgência para evitar o continuísmo das agressões e, ainda, ao prever a necessidade de acompanhamento especializado psicossocial da vítima, por exemplo. Nesse ínterim, a pesquisa em tela faz-se necessária por objetivar aferir o alcance prático obtido pela Lei n.º 11.340/2006 nos casos concretos e, em específico, as implicações das medidas protetivas como forma de resolução dos conflitos domésticos de violência contra a mulher. Inicialmente, formou-se uma base teórica de conhecimento acerca do tema por meio de estudo doutrinário em fontes diversificadas, tais como livros e artigos científicos; e, em seguida, passou-se à pesquisa de campo que consistiu na análise dos casos concretos ocorridos entre os anos de 2007 e 2008 na cidade do Recife; sendo adotado o método indutivo como meio de abordagem, partindo de casos particulares para aferir-se uma realidade generalizada. Durante a realização dessa pesquisa, destacam-se duas implicações da Lei Maria Penha no que tange às medidas protetivas, a saber: elas cumprem, de fato, o seu objetivo em abstrato – cessar o estado de violência, visto que em nenhum dos casos estudados houve o desrespeito às medidas impostas, e, por outro lado, a contraditória observação de que elas têm também uma função punitiva não declarada esperada pelas vítimas, pois foram indeferidas 39% (trinta e nove por cento) do total de medidas solicitadas por serem descabidas; o que significa que as vítimas buscam, por vezes, punição imediata através de uma medida protetiva que restringe direitos do agressor.

Palavras-chave: lei 11.340/2006; violência doméstica contra a mulher; medidas protetivas de urgência.

Projeto de Pesquisa: Do Juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: a expansão do direito penal na violência doméstica contra a mulher no Brasil.

UMA VISÃO HOLÍSTICA DA SISTEMÁTICA DO ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS

Éder Silva de Oliveira¹; Hélio Sílvio Ourem Campos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: ederlawyer@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ouremcampos@jfpe.gov.br

O Estado, como poder público, existe para a consecução do bem comum. Para atingir tal mister, precisa obter recursos financeiros. Uma das formas de obtenção de receita é a derivada, prerrogativa de direito público da qual o Estado se utiliza para editar lei e obrigar ao particular que pratique determinados atos ou se ponha em certas situações, a entregar valores aos cofres públicos, independente de sua vontade. Por isso, existem tributos cuja finalidade principal é fiscal, isto é, carrear recursos para os cofres públicos. Dentre as espécies de tributos com essa característica, encontra-se o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços), considerada a espécie de tributo que mais atrai atenção, por ser a principal fonte de receita dos Estados e do Distrito Federal, ainda mais quando incide sobre os combustíveis. Apesar de sua inegável importância, esse imposto ainda não teve, salvo honrosas exceções, estudos jurídicos mais aprofundados. Pelo contrário, têm predominado, acerca desse tributo, trabalhos de cunho eminentemente econômico, que, “*data venia*”, não solucionam os problemas jurídicos que o mesmo suscita com incomensurável repercussão social. Por conseguinte, faz-se necessário o estudo holístico acerca dessa matéria, sobre a qual paira forte suspeita de inconstitucionalidade, em virtude da Emenda Constitucional nº 33/2001 que alterou completamente a cobrança do ICMS sobre combustíveis, pois, nela, o legislador exige tributo de fato que ainda não ocorreu. Trata-se da hipótese de incidência monofásica do ICMS, em etapa única, com a finalidade de submeter a cobrança do tributo à sistemática da substituição tributária para frente, com o intento de otimizar a utilização da mão de obra fiscal e diminuir a possibilidade de sonegação. Desse modo, pautando-se no método de raciocínio dedutivo, o qual partiu da análise geral das questões de massa ou seriadas no âmbito da relativização do caso julgado e do princípio da isonomia das decisões, numa delimitação comparativa do direito tributário luso-brasileiro, chegou-se à avaliação da sistemática de incidência do ICMS sobre combustíveis. Com isso, divergentemente da pretensão legislativa, percebe-se que essa diferenciada sistemática de incidência do ICMS sobre combustíveis suscita inúmeras controvérsias, possibilitando manobras jurídicas que facilitam a sonegação do imposto, configurando um negócio rentável para as empresas, que destinam o dinheiro do recolhimento do tributo para diversos investimentos.

Palavras-chave: icms-combustíveis; emenda constitucional nº 33/2001; inconstitucionalidade.

Projeto de Pesquisa: As Questões de Massa ou Seriadas no Âmbito da Relativização da Coisa Julgada e do Princípio da Isonomia em um Direito Tributário Transconstitucional.

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, ESTRATÉGIA E ENTENDIMENTO: A MODERNA POLÍTICA DE DIFERENÇA NAS BASES DE UMA PRESCRIÇÃO JURISPRUDENCIAL CONSTITUCIONAL

Eduardo Pimentel de Vasconcelos Aquino¹; João Paulo de Souza Fernandes Allain Teixeira²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário da UNICAP. E-mail: epvaquino@gmail.com

²Professor do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jpallain@hotmail.com

Muito se fala de um processo de desnaturalização da democracia em tempos de jurisdição constitucional. No Brasil, a discussão vem fortalecendo-se ante a crescente tomada de posição do Supremo Tribunal Federal em relação a assuntos antes afetos unicamente aos poderes executivo e legislativo. Dessarte – e aqui o ponto justificante do presente trabalho – cabe aferir quais os fundamentos desse processo de “domesticação” do âmbito político do Estado por uma jurisdição constitucional forte e extensiva. Nesse diapasão, três objetivos impuseram-se na pesquisa, a saber, (I) a análise do paradigma pós-metafísico do agir comunicativo tal como colocado pelo autor alemão Jürgen Habermas, (II) a descrição dos fundamentos da teoria da ação comunicativa postulada por esse autor e, por último, (III) a verificação do acoplamento desse novo paradigma com a problemática da legitimidade da jurisdição constitucional, particularmente no tocante ao controle abstrato de normas. Propôs-se, para tal tarefa, método baseado em análise bibliográfica (decompondo-se os dados coletados em categorias conceituais) e reconstrução das informações obtidas (integração dos conceitos), inclusive atentando à finalidade de cotejo das grandes categorias *teoria da ação comunicativa – legitimidade da jurisdição constitucional*. Dentre os resultados encontrados, tem-se que o estorpecimento do jurista frente a uma jurisdição constitucional ilegítima decorre da falsa concepção de que o soterramento do Estado social leva ao retorno a um modelo liberal de Estado, além do que a identificação entre princípios e valores deturpa o sistema jurídico. Com a alteração do paradigma para uma pós-metafísica do agir comunicativo, assentada sobre a força ilocucionária dos atos de fala, resgata-se uma moralidade pós-convencional que obriga à crítica das regras sociais sob um princípio de reciprocidade. A consequência disso, em última instância, é a absorção aos discursos de fundamentação (legislação) e aplicação (jurisdição), de uma racionalidade comunicativa. Assim, observou-se, conclusivamente, que a assunção desse novo paradigma resguarda, tomados os seus pressupostos elementares, a legitimidade da jurisdição constitucional.

Palavras-chave: constituição; ação comunicativa; democracia.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para Uma Demarcação do Processo de Domesticação do “Político” pela Jurisdição Constitucional.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL EM QUESTÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Elizabeth Souza Mendonça¹; Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro CCJ; Bolsista da UNICAP. E-mail:

elizabeth_smm@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: virginia.colares@gmail.com

Nesta pesquisa, foram analisadas decisões judiciais tendo como justificativa a investigação no processo judicial do ocultamento ideológico em questões de violência contra a mulher. O objetivo específico é o levantamento de decisões com indícios de desigualdade, preconceito e discriminação da mulher e da investigação do estudo e observação das escolhas lexicais e intertextualidade. Como exemplo, a decisão referente à Lei Maria da Penha proferida pelo Juiz de Direito de Sete Lagoas/MG:

96.Não! O mundo é e deve continuar sendo masculino, ou de prevalência masculina,
97.afinal. Pois se os direitos são iguais — porque são — cada um, contudo, em seu ser,
98.pois as funções são naturalmente diferentes.

Fragmento 01

O desrespeito ao princípio fundamental, a falta de neutralidade por parte do juiz; iniciado por um operador argumentativo, um indicador de negação na linha 96 “Não!”, revela um desabafo do magistrado como se ele não estivesse preparado para as mudanças inerentes à sociedade, apesar do direito não ser estático. Contudo, no caso das sentenças judiciais, pode-se dizer que a ausência de uma sólida fundamentação ocasiona prejuízo ao exercício do direito do recurso, tendo em vista que, para recorrer, é preciso verificar se seus argumentos foram considerados e em que pontos a fundamentação da sentença pode ser combatida. Sendo assim, com a análise crítica do discurso jurídico, tornou-se possível identificar as estratégias de manutenção do poder e apontar evidências de como as estruturas e práticas sociais afetam e determinam as escolhas dos elementos linguísticos utilizados em um texto. Essas análises são feitas tendo em vista que todo discurso é uma construção social, não individual, e somente pode ser analisado ao se considerar o seu contexto histórico-social. A contribuição deste estudo para o direito consiste na desnaturalização da concepção de texto como um produto pronto e acabado. Nosso estudo aponta as marcas da ideologia na superfície das decisões judiciais.

Palavras-chave: escolhas lexicais e intertextualidade; decisões judiciais; questões de gênero.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para Uma Demarcação do Processo de Domesticação do “Político” pela Jurisdição Constitucional do Brasil.

A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL E O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

Érica Maria Laurentino de Aquino¹; José Mário Wanderley Gomes Neto²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: erica_aquino@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jmariow@hotmail.com

A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é modalidade de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos do Poder Público. Tem por escopo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental previsto na Carta Maior, resultante de ato praticado pelo Poder Público ou quando houver relevante controvérsia de ordem constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição vigente. É pressuposto de cabimento do referido instrumento, dentre outros, a inexistência de outro meio idôneo capaz de sanar a lesividade. Institui-se, dessa forma, o princípio da subsidiariedade em sede de ADPF. Nesse contexto, caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) a análise acerca do preenchimento ou não desse pressuposto de cabimento, de sorte que lhe é atribuída, nessa esteira, certa margem de discricionariedade, na medida em que ele escolhe quais ADPF's serão processadas e julgadas. Nesses termos, a subsidiariedade não pode ser invocada para que se impeça a utilização da ADPF, haja vista a tamanha importância deste instituto, o qual protege a realização de direitos e valores essenciais. Desse modo, a presente pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de analisar as matérias submetidas à revisão judicial através das ADPF's e os critérios utilizados pelo STF para a escolha das questões a serem apreciadas. Ademais, teve por objetivo a identificação do universo total das ADPF's que não foram processadas no STF a partir da aplicação do critério da subsidiariedade e a verificação no conteúdo das decisões da existência de variação na aplicação do conceito e a análise dos dados obtidos. Para alcançar os objetivos acima explanados, foi realizado um levantamento das ADPF's apresentadas até o momento, com a análise das decisões proferidas pelo STF, o que culminou na elaboração de um banco de dados detalhado. Resta, por fim, sistematizar, com base nos dados coletados, quais são os argumentos mais utilizados para a aplicação ou não do requisito de subsidiariedade e quais Ministros utilizam de maneira mais reiterada determinado argumento para receber a ADPF ou para julgá-la como prejudicada, haja vista considerar não preenchido o requisito de subsidiariedade.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; lesão; preceito fundamental; supremo tribunal federal; discricionariedade.

Projeto de Pesquisa: Supremas escolhas: A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e a seletividade das questões políticas submetidas ao Supremo Tribunal Federal

O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Fernanda Maria Ferreira Coelho¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro CCJ; Bolsista da UNICAP. E-mail:

fernandamfcoelho@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: gustavosantos@unicap.br

A visão tradicional acerca da liberdade de expressão é a de um direito negativo, que pressupõe um dever de omissão do Estado. O conceito de liberdade de expressão, no entanto, tende a possuir natureza dúplice, visto que, sobretudo em sociedades desiguais como a brasileira, cujo poder comunicativo é fortemente oligopolizado, é necessário assegurar a todos a possibilidade real do seu exercício, mediante ações estatais positivas. Foram muitas as mudanças no campo da liberdade de expressão após a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que buscou suprimir toda e qualquer forma de censura, restabelecendo as garantias da liberdade de manifestação do pensamento e de imprensa, em seu Art. 5º, incisos IV e IX e em seu art. 220, caput, §§ 1º e 2º, assim como atenuar a dimensão puramente negativa da liberdade de expressão, por meio de normas como o direito de resposta (art. 5º, V) e o direito de acesso à informação (art. 5º, XIV). Mediante o levantamento e a análise de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que tiveram por objeto o direito fundamental à liberdade de expressão, buscou-se identificar a compreensão do conceito dessa liberdade a partir do advento da Constituição Federal de 1988. Observa-se que os Ministros do STF ou procuram harmonizar a liberdade de expressão com a proteção a outros direitos, ou, utilizando o princípio da proporcionalidade, ora reconhecem maior intensidade valorativa aos demais direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, em detrimento da liberdade de expressão oral, de forma contrária, priorizam a liberdade de expressão, a depender de cada situação analisada. Destaca-se, no julgamento que teve como resultado a revogação da Lei nº 5.250 de 9 de fevereiro de 1967 (Lei de Imprensa) e na decisão pela não obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão, a utilização de argumentos no sentido de não recepção pela Constituição Federal de 1988 de diplomas normativos que não só pertencem mas refletem a ordem constitucional anterior, instituída durante a ditadura militar.

Palavras-chave: liberdade de comunicação; jurisprudências do STF; jurisdição constitucional

Projeto de Pesquisa: A liberdade de expressão e Jurisdição Constitucional- os dilemas da atividade de controle dos limites dos direitos fundamentais

GATEKEEPERS NA SUPREMA CORTE: A SELETIVIDADE NEGATIVA DAS QUESTÕES SEM JULGAMENTO OBJETO DE ARGUIÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

Gabriela Ribeiro Roma¹; José Mário Wanderley Gomes Neto²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: bibi_roma@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jmariow@hotmail.com

A arguição de descumprimento de preceito fundamental é um instrumento valioso de controle concentrado de constitucionalidade, com previsão no art. 102, §1º da Constituição de 1988. E tem por finalidade evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público (União, Estado, Distrito Federal e Municípios) ou quando houver relevante controvérsia de ordem constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal. O Poder Judiciário, na figura do Supremo Tribunal Federal (STF), é o responsável pela apreciação das ADPFs, sendo, portanto, o órgão competente para o julgamento destas. A presente pesquisa tem como escopo analisar as questões sem julgamento pelo STF objeto das ADPFs, verificando, para tanto, a influência política que vincula os relatores da Suprema Corte ao não julgarem tais questões que lhes são submetidas. A pesquisa visa, ainda, a verificar as ADPFs que não são julgadas sob a alegação de defeito de forma em detrimento ao princípio da instrumentalidade. Com a finalidade de obter os objetivos acima estabelecidos, foi elaborado um banco de dados que conduz à ampliação do objeto de pesquisa. A amostra analisada corresponde ao universo total de 234 ADPFs tramitando no STF existentes até abril do ano corrente. Com essa coleta, é possível examinar a quantidade de ADPFs que não foram julgadas, relacionando-as com relatores que não as julgam. Em análise aos dados, observa-se que, numa totalidade de 234 ADPFs, cerca de 40% estão aguardando julgamento; que para 30% foi negado seguimento; que 13% das ADPFs não são conhecidas, pois alega-se defeito de forma; e apenas 2% foram julgadas improcedentes. Verifica-se, também, que há uma grande influência dos relatores ao não julgarem as ADPFs, uma vez que, o não julgamento, seja por defeito de forma, ou por serem julgadas improcedentes, ou, ainda, por estarem aguardando julgamento, por um período de tempo não razoável, tem o condão de manter inalterada a política vigente. Dessa maneira, tem havido um engessamento desse instituto, o que faz com que tal mecanismo de controle não alcance seu fim, qual seja, decidir sobre questões revestidas de um grande valor constitucional.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; supremo tribunal federal; seletividade negativa

Projeto de Pesquisa: Supremas escolhas: A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e a seletividade das questões políticas submetidas ao Supremo Tribunal Federal.

CULTURA DE MASSA E CULTURA POPULAR, OS LIMITES DA CULTURA DE PERIFERIA NO RECIFE

Helder Pessôa Lopes¹; Nadilson Manoel da Silva²

¹Estudante do Curso de Jornalismo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; Bolsista da UNICAP.
E-mail: helderhpl@gmail.

²Professor do Curso de Jornalismo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; E-mail:
nadilson@yahoo.com

Essa pesquisa tem como objeto de estudo as manifestações artísticas e culturais nas periferias da Região Metropolitana do Recife, analisadas considerando, sobretudo, os conceitos de Indústria Cultural, Sociedade de Massa e Poder Simbólico. Foi na expectativa de compreender como se dão as relações da Cultura de Massa e Cultura Popular na Periferia que, na pesquisa, analisaram-se as características de uma e de outra na construção de uma cultura específica daquele lugar. A participação dos meios de comunicação de massa, das instituições mediadoras e das ideologias que compõem todo o processo de produção, difusão e recepção dos bens culturais produzidos dentro ou fora da periferia são aqui, na presente pesquisa, considerados como peças-chave para a compreensão e análise do objeto. Mais relevante que o próprio bem cultural, o processo criativo e as demais etapas desde sua concepção até o consumo desse bem são os elementos que, efetivamente, distinguem o caráter endêmico da manifestação cultural da periferia. Observa-se que, no Recife, há uma questão fundamental de autenticidade das manifestações culturais quando a mídia veicula a cultura das periferias e a descaracteriza as adaptá-las à sua mensagem estereotipada sobre elas.

Palavras-chave: indústria cultural; poder simbólico; cultura da periferia.

Projeto de Pesquisa: As Mediações Entre as Culturas Global e Local nas Subculturas da Região Metropolitana do Recife

O CASO 19 COMERCIANTES VS. COLÔMBIA NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Helena Medeiros Ferreira Pinto¹; Jayme Benvenuto Lima Júnior²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP. E-mail: helenamedeirosfp@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciência Jurídicas; E-mail: benvenutolima@uol.com.br

Em 31 de julho de 1973, a Colômbia ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos, mais conhecida como Pacto de San José de Costa Rica, comprometendo-se a cumprir os artigos nela dispostos, e, posteriormente, em 21 de junho de 1985 aceitou submeter-se à competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH). A referida corte apresenta função contenciosa, de investigação e sanção judicial obrigatória, não podendo o Estado recusar-se a cumpri-las. Desde meados de 1960, a Colômbia sofre com a atuação de grupos guerrilheiros. Com o intuito de inibi-los, emitiu a Lei 48/68, que passou a legalizar a criação de grupos de autodefesa, que contavam com a participação de civis que auxiliariam a Força Pública em operações anti subversivas. No entanto, a partir da década de 80 do Século XX, verificou-se que muitos desses grupos de autodefesa se aproveitaram dessa posição para formar grupos criminosos, constituindo-se verdadeiras organizações paramilitares. Neste cenário é que se insere o caso *19 comerciantes*. O caso em estudo ocorreu em outubro de 1987, na Região de Magdalena Medio, no município de Puerto Boyacá, região noroeste da Colômbia. Através da ação de paramilitares, com o apoio do Exército colombiano, efetuou-se o desaparecimento forçado de 19 comerciantes que viviam na região supracitada. A condenação, ante a CorteIDH, do Estado colombiano ocorreu em 5 de julho de 2004, devendo o mesmo efetuar as devidas reparações e pagamento das custas. Ante o fato exposto, o objetivo principal da pesquisa é analisar os aspectos políticos e jurídicos que interferiram na produção da sentença internacional proferida pela CorteIDH envolvendo o Estado da Colômbia. Os objetivos específicos são: avaliar o comprometimento da Colômbia frente ao cumprimento da sentença; observar os aspectos argumentativos de caráter político e jurídico seja eles implícitos ou explícitos na produção dessa sentença e o impacto provocado aos atores políticos. O método utilizado é o da análise de conteúdo, logo serão examinados os conceitos utilizados no texto, bem como as condições históricas e sócio-políticas que contribuíram para a produção da referida sentença.

Palavras-chave: corte interamericana; violações aos direitos humanos; paramilitares.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: para uma demarcação do processo de domesticação do “político” pela jurisdição constitucional no Brasil.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DIREITO A INFORMAÇÃO E PROFISSÃO DE JORNALISTA.

Jéssica Mayra da Cunha Abreu Maciel;¹ Gustavo Ferreira Santos ²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP. E-mail: jessicamayra_@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: gustavosantos@uol.com.br

Transmitir a informação com objetividade é o ponto fundamental da atividade do jornalista. Há, hoje, um grande acúmulo de conhecimentos deontológicos sobre tal atividade. A imprensa é considerada uma espécie de quarto poder, tal é a sua capacidade de influenciar a vida em sociedade, o que dá às empresas e aos profissionais uma grande responsabilidade. As democracias constitucionais conhecem um conjunto de normas consagradas em constituições que protegem essa atividade. A liberdade de expressão e o direito à informação devem caminhar no sentido de uma informação transparente. Recentemente, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 511961, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a incompatibilidade da lei reguladora da profissão de jornalista com a Constituição, fato que suscitou uma discussão sobre a possibilidade de, sob uma constituição democrática, existir regulamentação dessa profissão. Ao longo do trabalho, identificamos os fundamentos e limites constitucionais para a delimitação do referido profissional. Na tentativa de conhecer experiências legislativas no Direito Comparado que definem a profissão de jornalista, buscou-se a comparação de constituições de países que contam com leis que definem essa profissão. Constatou-se que em alguns países, como por exemplo, Alemanha, onde não há a obrigatoriedade de diploma de nível superior, exige-se tão somente um período mínimo de aprendizado prático de 18 a 24 meses atestado por empresas jornalísticas e das organizações profissionais. Nos Estados Unidos, a liberdade de imprensa é regulada pela primeira emenda da Constituição, onde prepondera a regulação econômica do setor de comunicação social. Esse país apresenta um diferencial, pois a liberdade de expressão e imprensa está regulada pela Lei de difamação e de direitos autorais, associadas às Constituições estaduais e legislações esparsas. Em Portugal foi necessário implantar um organismo regulador dessa comunicação social de forma externa, a fim de evitar a concentração das mídias nas mãos de um grupo ou determinado indivíduo, definido por alguns autores como “barões da mídia”. No Brasil, para se ter uma liberdade de imprensa e informação com maior eficiência, é preciso que haja uma letorregulação dos meios de comunicação para fortalecer a instituição democrática, não havendo quaisquer sujeições a poderes políticos e econômicos.

Palavras-chave: liberdade; ética; jornalismo

Título do projeto: A Liberdade de Expressão e Jurisdição Constitucional – os dilemas da atividade de controle dos limites dos direitos fundamentais.

AS COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS DOS ENTES FEDERATIVOS PARA LEGISLAR, NA VISÃO DO STF

Joanna Maria Soares Valeriano dos Santos¹; Marcelo Labanca Corrêia de Araújo²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário.

E-mail: joannamsvs@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas

E-mail: labanca@bcb.gov.br

Na pesquisa que se encontra em andamento, tomamos preliminarmente como base o estudo do conceito de competência, que tem a seguinte classificação: Competência Formal, que se subdivide em Privativa (onde um só ente a exerce) e Concorrente (mais de um ente a exerce) e Competência Material, que se subdivide em Exclusiva (competência de um só ente) e Comum (competência de mais de um ente), na final a formal seria a de legislar e a material seria a de executar, administrar. Após a detecção dos conceitos bases para nossa pesquisa, fizemos a lapidação do tema e definimos um norte a ser abordado, que fora estabelecido sobre competência legislativa privativa dos Entes Federativos, ou seja, a competência de legislar, a competência formal. Com a determinação do foco da pesquisa, houve a análise e separação das competências dos entes federativos: União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, onde pudemos analisar que a repartição das competências nada mais é do que a técnica adotada pelo constituinte, com base na natureza, no histórico da federação, nos encargos de cada unidade da federação, preservando sua autonomia política no âmbito federal. Essa forma de repartição tem no Princípio da Predominância de interesse seu fundamento, o qual determina à União matérias de interesse geral ou nacional, aos Estados-Membros, e o Distrito Federal competência aos temas de interesse regional, e aos Municípios competência sobre assuntos de interesse local. O rol de competências legislativas privativas da União, Estados – membros e Municípios – encontram-se relacionados no Art. 22, Art. 25 e Art. 30 da CF. Com o estudo sobre competência legislativa e a separação de suas particularidades de acordo com os seus Entes Federativos, determinamos o estudo e a pesquisa cujo objetivo é mapear as decisões do Excelso Pretório que definem tais competências. Para isso, foi utilizado o sítio eletrônico da Corte (www.stf.jus.br), página “jurisprudência”, subitem “pesquisa”, cujo critério de busca fora “ADI competência privativa”. Com o referido critério de busca, foi possível identificar 329 julgados. A partir daí, passou-se ao exame dos julgados, em uma pesquisa qualitativa, catalogando o tipo de competência e a quem pertenceria, aos olhos do STF.

Palavras-chave: Competência; Entes Federativos; Legislar.

Projeto de Pesquisa: Judicialização do Federalismo como uma Face da Judicialização da Política. A construção da Federação pela Jurisdição Constitucional.

A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO: TEORIA E EVIDENCIA EMPÍRICA PARA ARGENTINA, BRASIL E CHILE

José Cláudio Ribeiro de Arruda¹; José Alexandre Ferreira Filho²

¹Estudante do Curso de Administração do Centro de Ciências Sociais; Bolsista da UNICAP.

E-mail: arruda.claudio@yahoo.com.br

²Professor do Curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais;

E-mail: jose.ferreira@unicap.br

O funcionamento das instituições políticas e econômicas de um país tem condições de influenciar de forma positiva o surgimento de avanços tecnológicos e as políticas públicas em geral, capazes de promover o crescimento. Determinar os aspectos institucionais de maior relevância é o ponto central da análise. A maior parte da literatura considera que o estabelecimento de instituições estáveis, que forneçam maiores níveis de segurança aos direitos de propriedade é o fator-chave para o crescimento, na medida em que cria condições favoráveis para novos investimentos e desenvolvimentos tecnológicos. Nesse sentido, essas boas instituições, ou a chamada boa governança, estariam associadas à manutenção das estabilidades política e econômica. Por outro lado, o crescimento econômico requer, em grande medida, que mudanças políticas e econômicas ocorram, para que sejam implementadas as reformas que o viabilizem. Verificamos que, a despeito da relevância das variáveis associadas com a boa governança, o crescimento econômico brasileiro, bem como o do conjunto Argentina – Brasil – Chile foi associado negativamente com o maior número de *veto players* (agentes com poder de veto), assim como com a maior duração de seus mandatos. Outro ponto a destacar foi o fato de a variável segurança jurídica também estar associada negativamente com o crescimento econômico, confirmando a análise institucional descrita. Desta forma, a menor capacidade de vetar mudanças políticas e econômicas estava associada a melhores taxas de crescimento, o que não significa que não deva haver estabilidade institucional, mas aponta que a capacidade de mudar o *status quo* é fundamental para criar condições de crescimento para os países em desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento; estabilidade; segurança jurídica; *veto-players*.

Projeto de Pesquisa: A Importância dos Fatores Institucionais para o Crescimento Econômico: Teoria e Evidencia Empírica para Países da América Latina

A DEMOCRATIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL A PARTIR DO PROCEDIMENTO ESTABELECIDO PELA LEI 9882/99: UMA PERSPECTIVA DERRIDIANA

Joyce Batista do Nascimento¹; João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira²

¹ Estudante do Curso de Direito do Centro Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP. E-mail: drajoycebatista@hotmail.com

² Professor do Curso de Direito do Centro Ciências Jurídicas; E-mail: jpallain@hotmail.com

O cerne da problemática aqui analisada sobrepõe-se a um mero estudo teórico, pois perpassa o campo da prática jurídica no que tange ao processo de democratização da jurisdição constitucional, remetendo-nos, portanto, a uma análise qualitativa das decisões atribuídas pelo STF no processo do Controle de Constitucionalidade Brasileiro. O **objetivo geral** da pesquisa foi o de estabelecer uma análise dos impactos institucionais operados no Brasil a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF -, regulada pela Lei 9882/99 bem como os **específicos**: levantar o quadro geral das ADPF's propostas junto ao Supremo Tribunal Federal e discutir os modelos argumentativos adotados pelo Supremo Tribunal Federal para estabelecer parâmetros decisórios no quadro das ADPF's. A **metodologia** adotada foi a estratégia de análise bibliográfica e análise jurisprudencial, decompondo-se os dados coletados em categorias conceituais. **Resultados e discussões**: foram distribuídas 219 ADPF's até o dia 31 de dezembro de 2010. Dessas apenas 21 foram analisadas na presente pesquisa por ter seu inteiro teor do acórdão disponibilizado no site oficial do STF. **Conclusão**: nas 21 decisões finais analisadas a partir da desconstrução Derridiana observou-se que em algumas, decisões as alegações foram divergentes quanto à forma de se ver à justiça e o direito, pois, sob o prisma do filósofo, uma prática desconstrutiva do direito pode significar um avanço no sentido do enriquecimento de seus conteúdos, pois, permanecendo o sentido em aberto, novas interpretações podem ser obtidas, expondo o aparato jurídico e judiciário a novas formulações.. Logo, não foi possível observar, em alguns argumentos, a prática da desconstrução, pois vislumbrou-se, muitas vezes, a existência de precedentes judiciais como forma de justificação da decisão final de cada ADPF. Essa conclusão, ainda é relativa, pois apenas ao final da análise completa das 21 decisões, poder-se-á traçar um modelo argumentativo utilizado pelos Ministros do STF, destacando se há ou não relação com as ideias preconizadas por Jaques Derrida.

Palavras-chave: processo constitucional; arguição de descumprimento de preceito fundamental; desconstrução derridiana.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: para uma demarcação do processo de domesticação do “político” pela jurisdição constitucional no Brasil.

SELETIVIDADE POSITIVA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE DAS ARGUIÇÕES POR DESCUMPRIMENTO A PRECEITO FUNDAMENTAL EFETIVAMENTE JULGADAS

Juliana de Brito Giovanetti Pontes¹; José Mário Wanderley Gomes Neto²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP. E-mail: julianabgp@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jmariow@hotmail.com

A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é um instrumento constitucional que visa a reparar ou impedir lesão a preceito fundamental, resultante de ato praticado pelo Poder Público. A ADPF compreende um dos instrumentos criados para proteger as diretrizes básicas de consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, como a tripartição de poderes, o federalismo e os direitos e garantias fundamentais, estabelecidos pela Constituição de 1988. Sua importância deve-se ao fato de possibilitar a antecipação de decisões sobre controvérsias de teor constitucional relevante, impedindo que a solução venha a ser dada após muitos anos, quando grande parte das situações questionadas já sofreu consolidação devido ao tempo. Esse instituto proporciona eficácia *erga omnes* e efeito vinculante. Comparadas às demais formas de controle concentrado de constitucionalidade, verifica-se o reduzido julgamento das ADPFs. Devido a essa situação, o presente trabalho busca a análise da seletividade positiva das ADPFs efetivamente julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, de modo a verificar os elementos que motivaram o julgamento. Os resultados obtidos com a pesquisa visam a reforçar a importância da ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental. Para obtenção dos objetivos gerais e específicos estabelecidos, foram analisadas as ADPFs observando a existência de padrões quanto aos requerentes, aos assuntos envolvidos na questão, as diferenças entre as julgadas e as não julgadas. A amostra analisada envolveu 16 de um total de 227 ADPFs, verificando-se que grande parte dos preceitos sofre violação pelo próprio Judiciário, sendo o Poder Executivo Estadual o requerente que mais interpôs as arguições. O aspecto comum entre as ADPFs julgadas foram os direitos fundamentais contidos no art. 5º da CF e as cláusulas pétreas, consistindo nos assuntos mais analisados no momento em que as ADPFs são julgadas. Por fim, verifica-se que tais processos foram conhecidos pelo Supremo a partir de decisões fundamentadas no princípio federativo e na manutenção da ordem constitucional brasileira.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; preceito fundamental; princípio federativo.

Projeto de Pesquisa: Supremas Escolhas: a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) e a seletividade das questões políticas submetidas ao Supremo Tribunal Federal

O PAPEL DO STJ NA EXPANSÃO DAS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO

Larissa Barbosa Lima de Albuquerque¹; Walber de Moura Agra²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: Larissa.bla@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: walberagra@uol.com.br

A rápida evolução social e a globalização refletiram um aumento na criação de leis, para que pudessem acompanhar os fatos sociais sem com eles entrar em contradição. De outra banda, em consequência do movimento neoconstitucionalista, houve a necessidade de repensar o direito, a partir de uma perspectiva principiológica com ampla participação do Poder Judiciário na legitimação do direito e na efetivação das garantias constitucionais. A necessidade de criação de normas mais genéricas, mais adaptáveis aos contornos da sociedade em constante mutação acarretou um abandono às estruturas rígidas do positivismo para que prevaleça a jurisprudência. O intuito deste projeto é analisar os novos meios de efetivar a jurisdição utilizados pelo Poder Judiciário. O objetivo específico é verificar como ocorre o fenômeno da expansão das decisões no Superior Tribunal de Justiça. Essa Corte possui relevante função, por ser a última instância na resolução de litígios de natureza infraconstitucional. A metodologia utilizada consistiu no estudo do chamado Ativismo Judicial, de como esse fenômeno ocorre no mundo e como as Cortes brasileiras o aplicam no caso concreto. Através da análise de decisões proferidas pela Corte Cidadã, verificou-se a atuação do judiciário e como se dá a aplicação da teoria estudada. A perspectiva de resultado é a transformação da jurisprudência em novo fator de legitimidade jurídica, a qual possui o condão de revogar normas redigidas pelo poder legislativo, sem, contudo, abandonar a legalidade, pois são embasadas pelos dispositivos e princípios constitucionais. O Judiciário é, atualmente, o Poder que possui maiores condições de efetivar os direitos fundamentais e o valor jurídico da Lei Maior nunca esteve tão presente na concepção de Constituição. Tais modificações refletem, consequentemente, nos outros poderes. Ademais, a força obtida pelo judiciário é capaz de decidir questões políticas, com o condão de refratar os detentores dos outros poderes que não agirem com probidade e desrespeitarem os princípios republicanos.

Palavras-chave: direitos fundamentais; expansão; Superior Tribunal de Justiça

Projeto de Pesquisa: A Expansão das Decisões Judiciais

A IMITAÇÃO CONSTITUCIONAL ESTADUAL DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A FALTA DE INOVAÇÃO DOS CONSTITUINTES ESTADUAIS

Leandro Severino da Silva¹; Marcelo Labanca Corrêia de Araujo²

¹Estudante do Curso de bacharelado em Direito do Centro de ciências jurídicas; Bolsista CNPq.

E-mail: leandroitaenga@gmail.com

² Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas;

E-mail: labanca@unicap.br

A elaboração das constituições estaduais parte, não raras vezes, de um processo de observação da própria constituição federal, que termina sendo utilizada como modelo para a confecção das normas constitucionais locais. Analisando a realidade brasileira, percebemos que há uma padronização exagerada dos textos constitucionais estaduais, uma vez que, no Brasil, o disciplinamento do poder constituinte dos Estados é excessivamente determinado pela Constituição Federal. Em face disso, propomos, neste trabalho, ainda em andamento, a elaboração de um panorama das atribuições legislativas dos Estados-membros para verificar quais são as competências legislativas mais exercitadas no plano local. Para tanto procedemos à leitura das cartas constitucionais estaduais tendo como foco os dispositivos que estabelecem as competências legislativas dos Estados-membros na busca de identificar se houve inovação, ou não, no poder atribuído às assembleias legislativas para legislar sobre temas novos. Até o momento, analisamos as constituições dos Estados das regiões Norte e Nordeste, conseguindo verificar dez temas presentes em todas. Entre as 16 cartas estaduais analisadas, conseguimos identificar que a maioria delas (75%) imita o artigo 24 da constituição federal, que estabelece as competências legislativas concorrentes, da União e dos Estados. Nas constituições estaduais analisadas, não identificamos muita inovação desempenhada pelos constituintes estaduais, apenas nas constituições dos Estados da Paraíba, que confere competência legislativa sobre bandeira, hino e brasão estaduais; do Amapá que confere competência legislativa sobre proteção, recuperação e incentivo à preservação do meio ambiente e para disciplinar a restrição à participação em concorrências públicas e ao acesso a benefícios e a créditos oficiais de responsável por atos de degradação ao meio ambiente; de Roraima, que confere competência legislativa sobre proteção, recuperação e incentivo à preservação e conservação do meio ambiente.

Palavras-chave: constituição estadual; federalismo; competência legislativa.

Projeto de Pesquisa: Judicialização do Federalismo como uma Face da Judicialização da Política: a construção da federação pela jurisdição constitucional

A EXPANSÃO DAS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO COM RELAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE

Lorena Braga d'Almeida Guedes¹; Walber de Moura Agra²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP. E-mail:lorena_guedes_@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas ; E-mail:walberagra@uol.com.br

Após longos anos de repressão acobertados por normas sombrias e flexíveis às volições políticas da ditadura, o Estado verificou a necessidade cada vez maior da atuação do judiciário em questões políticas e, assim, a Constituição da República Federativa do Brasil serviu de berço às garantias e aos meios de segurança que os cidadãos precisavam. Os valores tidos como essenciais ao convívio social foram protegidos por princípios basilares como os da igualdade, do estado democrático de direito e o da dignidade humana. Faz-se necessário salientar este último, não apenas por ser fundamental à garantia do direito à saúde, cerne do presente estudo, mas por ser obrigatório na interpretação de qualquer norma constitucional, e principal guia dos demais direitos fundamentais. Uma vez posto como intermédio de uma proteção constitucional, deve-se atentar que o direito a saúde será garantido por mecanismos conjuntos nos quais os poderes públicos devem atuar, e, analisaremos em especial, o Judiciário. A ampliação da atuação do poder judiciário pode ser observada sob o enfoque do fenômeno da normatização de direitos de natureza coletiva e de natureza difusa, compreendendo-se um reforço à democracia posto que esse processo de intensificação da ação judicial foi galgado sob a soberania popular, formando uma espécie de compromisso entre ambos. Tem-se, neste trabalho, o objetivo de analisar o fenômeno da judicialização da saúde frente à atuação do STJ, posto que este seja o responsável pelo custoso desafio de ponderar demandas visando tanto ao bem coletivo quanto ao bem individual. Assim, deve-se atentar ao excesso de ordens judiciais em relação à prestação individual, uma vez que esse pode inviabilizar a universalidade da garantia à saúde e gerar prejuízos no âmbito coletivo. Para alcançar as conclusões apresentadas, a metodologia de pesquisa compreendeu a consolidação da base epistemológica necessária para, posteriormente, colher os dados jurisprudenciais. Além disso, em razão da pesquisa não ser empírica, o substrato doutrinário foi imprescindível para a formulação de um marco teórico que pudesse ajudar no desenvolvimento do tema acerca da concretização dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: poder judiciário; judicialização da saúde; dignidade humana.

Projeto de Pesquisa: A Expansão das Decisões do Poder Judiciário.

A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA EFETIVA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO.

Luana Fonseca Botelho de Oliveira¹; Walber de Moura Agra²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (da UNICAP); E-mail: luanafbotelho@hotmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: walberagra@uol.com.br

A Pesquisa, preponderantemente bibliográfica, teve como base o desenvolvimento das constatações doutrinárias acerca da proteção ambiental, sendo suas principais fontes os livros e os periódicos, incluindo petições, decisões judiciais, atas de reuniões e jurisprudências em geral. A proposta foi viabilizar os estudos de casos e a pesquisa etnográfica, em que foram observados os métodos de análise da maneira pela qual é cabível ao aplicador da lei julgar cada caso concreto. No que tange aos objetivos, procurou-se discutir sobre a abordagem do direito ao meio ambiente equilibrado como um direito fundamental, embora não expressamente exposto como tal; avaliar a maneira pela qual o STF tutela esse direito, através de suas decisões e observar as disparidades entre a Constituição jurídica e a realidade político-social. Dentro dessas perspectivas e em razão da característica axiológica advinda da passagem ao pós-positivismo, no neoconstitucionalismo, teve-se como resultado a importância da expansão jurisdicional das decisões do Poder Judiciário tendo como foco a garantia dos direitos fundamentais. Concluiu-se que essa conscientização ambiental ainda é recente e deriva de uma sociedade pós-industrial, que, após as intervenções destrutivas, almeja a preservação da natureza e a tentativa de reconstruir o que foi manipulado pelo próprio homem. A problemática só obteve maiores repercussões a partir da conscientização da finitude dos recursos naturais frente ao desequilíbrio provocado pela utilização desmedida e despreparada da natureza em nome do avanço econômico. A hermenêutica evidencia, ainda, a exigência de ultrapassar a letra da lei formalmente posta e buscar a verdadeira vontade do legislador para a tutela do meio ambiente, além de não olvidar as carências da sociedade sobre a qual a norma incide. Enfim, o positivismo jurídico há muito deixou de ser a única fonte a jorrar nas decisões emanadas a cada caso concreto, pois a realização da justiça social requer parâmetros de maior complexidade. Isso justifica a importância da atuação do Poder Judiciário em garantir a preservação da natureza e o seu caráter de essencialidade, visto que, em uma interpretação extensiva, sem um meio ambiente equilibrado, o Estado deixa de garantir a sua prerrogativa principal de proteção da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: ativismo judicial; jurisprudencialização ambiental; neoconstitucionalismo.

Projeto de Pesquisa: A Análise da Expansão das Decisões do Poder Judiciário.

CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS NA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Lucas Buril de Macêdo Barros¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro CCJ; IC Bolsista UNICAP. *Email*: lucasburilmb@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: luciograssi13@gmail.com

O Código de Processo Civil, no seu artigo 17 e incisos, alberga conceitos jurídicos indeterminados que carecem de concretização casuística, medida de relevância ao princípio da probidade processual, por dar-lhe fluidez e expansão. A presente pesquisa teve por objetivo aclarar o instituto dos conceitos indeterminados e, especificamente, os pertinentes à litigância de má-fé. Conceito jurídico indeterminado é técnica legislativa, consubstanciada em descrições legais que possuem uma dilatada abertura na descrição da hipótese fática, no entanto, com predeterminado efeito jurídico, dando maior flexibilidade à aplicação do direito pelos juízes, que possuem, nesses casos, proeminência alargada na concretização da norma; servindo, ademais, para exaltar a diferenciação, amplamente reconhecida na filosofia e teoria do direito, entre texto legal e norma jurídica. Para erigir o conceito jurídico indeterminado caso a caso são indispensáveis os *standards*, consubstanciados na pauta comum de comportamentos socialmente corretos, vinculados à moral social, essencialmente pragmático, nada obstante detenha pesada carga axiológica; bem como, e sobretudo, os precedentes judiciais, porquanto o *munus* da concretização do Judiciário deve é tributário, *in casu*, à segurança jurídica. Mediante pesquisa e análise da doutrina e, mormente, da arquitetura jurisprudencial, constata-se que no Brasil se vislumbram pontuais concretizações solidificadas nas Cortes nacionais. No entanto, no mais das vezes, uma determinada conduta a ensejar a penalização por litigância de má-fé não é enquadrada em quaisquer dos tipos legais; e, em tantas outras, dá-se supedâneo em dois ou mais dos dispositivos ou, ademais, revelam-se julgados que, num tribunal, apontam certa conduta num inciso, e, noutro tribunal, em distinto inciso. A problemática da acanhada concretização nos pretórios pátrios guarda seu valor, no entanto, causa de maior perplexidade são as decisões que apontam, ainda quando reprovável o proceder do litigante, a ausência de meio legal hábil a punir o *improbis litigator*, a despeito da abrangência dos conceitos utilizados (notadamente o art. 17, V, do CPC), e em detrimento do princípio da boa-fé. Daí se propõe, na esteira da disciplina italiana, a utilização de conceito jurídico indeterminado ainda mais amplo e o abandono de tipificações, forçando o julgador a se desprender do método subsuntivo. Nada obstante a conclusão obtida, forçoso destacar que a única mudança que, decerto, efetivará a probidade processual é a do raciocínio jurídico dos operadores do direito.

Palavras-chave: princípio da probidade; litigância de má-fé; conceitos jurídicos indeterminados.

Projeto de Pesquisa: O Princípio da Probidade no Processo Civil Brasileiro.

BIOPOLÍTICA E DIREITO NA OBRA DE MICHEL FOUCAULT: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS

Luíza Barros Santos Malta¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista UNICAP E-mail: malta.luiza@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail:gustavosantos@uol.com.br

O estudo realizado neste projeto tem como objetivo conceituar o termo biopolítica criado pelo filósofo Michel Foucault, partindo de uma concepção a qual ele levou em consideração: as técnicas de intervenções sobre a vida dos corpos e da população abordados ao longo de suas obras, relacionando, com a idéia de Direito analisada e idealizada pelo filósofo francês. Os principais traços em suas diferentes fases de pensamento estão presentes em História da loucura (1961), O nascimento da Clínica (1963) - as quais abordam a passagem sobre a polícia e a teoria da degenerescência para a tarefa política da medicina. Atravessando essa fase, iniciam-se suas pesquisas genealógicas sobre as disciplinas e as tecnologias de governo nas décadas de 1970 e 1980, destacando as obras: Em Defesa da Sociedade, Segurança, Território e População e o Nascimento da Biopolítica (1978-1979). Por levar em consideração tais conceitos que englobam a sujeição, dossilização, disciplina e manipulação dos corpos em um campo político, Foucault conclui na década de 70 que os poderes exercem individualmente sobre os corpos, mediante técnica de vigilância, sanções normalizadoras e organizações pan-óptica das instituições, posteriormente ele tenta realizar um estudo comparativo com o Direito, associando o poder e dominação. Foucault considera dois tipos de poderes, como parâmetros: o poder jurídico-político da soberania e o disciplinar em torno das formas normativas de objetivação da sujeição política. O filósofo francês entende que o Direito é um poder no qual existe o uso ostensivo da força, concentração nas mãos do soberano, ideia presente em comentários de Vigiar e Punir e a História da Sexualidade: a vontade do saber. A proposta de um Direito Novo por Foucault consistiria em um conjunto de práticas de resistência à normalização. O assunto abordado torna-se de grande complexidade, de forma que a materialização do Direito Novo, na atualidade, tem seus pontos otimistas e pessimistas, a uma noção que diz a não sujeição do indivíduo ao grupo de governo, a duas, considerando a inutilidade do direito novo, bem como, uma ideia abstrata e sem continuidade argumentativa durante as suas obras.

Palavras-chave: biopolítica; Foucault; direito; poder e disciplina

Projeto de Pesquisa: Direito e Subjetividade: a construção de novas subjetividades pela jurisdição.

CENTRALIZAÇÃO FEDERATIVA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DAS DECISÕES DA CORTE SOBRE QUESTÕES ENVOLVENDO A FEDERAÇÃO.

Marcela Brasileiro Araújo Castilhos¹; Marcelo Labanca Corrêa de Araújo²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da UNICAP. E-mail: brasileiro.m@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: labanca@bcb.gov.br

A partir do exame da jurisprudência produzida pelo Supremo Tribunal Federal, este trabalho, ainda em andamento, visa a verificar se o Federalismo brasileiro é, ou não, praticado através de um possível modelo de Federação construído por meio das decisões proferidas pela citada Corte. A pesquisa busca, também, determinar quais são as técnicas de argumentação utilizadas pelos Ministros, a fim de alterarem o significado de algumas normas sem, contudo, alterarem seus respectivos textos. Para tanto, foi relacionada a ocorrência, no *site* do Tribunal, de todas as decisões envolvendo a temática do Federalismo, desde a vigência da Constituição Federal de 1988, a partir das quais foi feita minuciosa pesquisa quantitativa e qualitativa. A observação estatística resultou em uma tendência centralizadora do STF, vez que 45,6% (quarenta e cinco vírgula seis por cento) dos julgados assim se mostraram. Importa ressaltar que foram consideradas de tendência centralizadora as decisões que julgaram inconstitucionais as leis estaduais para preservar as competências privativas da União. Ainda, o padrão revelado pelas estatísticas indica que os vários princípios específicos de interpretação constitucional estão presentes, concomitantemente, no entendimento dos julgadores para cada conflito normativo concreto. Por fim, restou evidente o conteúdo político dos atos decisórios estudados, os quais conjugam a aplicação cognoscitiva das normas com o intuito final de fortalecer os institutos jurídicos e governamentais centrais do país, restringindo, portanto, a autonomia dos entes federativos.

Palavras-chave: federalismo; jurisdição; constitucional; adin.

Projeto de Pesquisa: Judicialização do Federalismo como uma Face da Judicialização da Política: a construção da federação pela jurisdição constitucional.

AS CONTRAVENÇÕES PENAIS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Marcela de Andrade Nunes¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntária. E-mail: nunes.marcela@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: mariliamello@hotmail.com

A fim de combater a crescente demanda relacionada à violência contra a mulher, mais aparente com o advento dos Juizados Especiais Criminais, e de atender aos questionamentos de movimentos feministas pelo maior rigor nas causas penais que envolvessem as mulheres, o Estado, em 2006, sancionou a Lei Maria da Penha. Surgiu, então, instrumento jurídico que tutela violência específica, ou seja, que tenha como vítima própria a mulher num determinado ambiente doméstico, e cuja causa se funda em questão de gênero (social). Todavia, a supracitada Lei 11.340/2006, segundo parte dos juristas e doutrinadores, excluiu de sua competência (justiça comum), contraditoriamente, as ofensas e agressões cometidas no contexto familiar por meio de contravenção penal, atribuindo-as aos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95). A presente pesquisa objetivou a análise, sob o enfoque da criminologia e vitimologia críticas, da repercussão no sistema penal brasileiro e na Justiça Especializada do afastamento das contravenções penais dos Juizados da Mulher. Para tanto, *a priori*, foi desenvolvida a pesquisa teórica, por meio de referenciais bibliográficos, e a pesquisa das posições majoritárias dos tribunais (jurisprudencial). Em seguida, realizou-se pesquisa de campo, por meio de análise de processos-crimes correspondentes aos anos de 2007 e 2008 oriundos dos Juizados da Mulher. A metodologia aplicada foi a indutiva, pois, partindo-se de constatações particulares da experiência, chegou-se à construção de generalizações. Na análise de 98, processos-crimes referentes ao ano de 2007, constatou-se que todos os casos envolvendo contravenções penais, em concurso com crimes, dirigidos ao 1º Juizado da Mulher da Capital, não foram julgados pela justiça comum, tendo sido remetidos aos Juizados Especiais Criminais. Destarte, chega-se à conclusão de que, na capital pernambucana, excluem-se da apreciação da Lei Maria da Penha os casos de violações cometidos por meio de contravenções penais. Com isso, percebe-se a desconsideração de fator primordial que legitima a atuação da justiça comum e que insere a contravenção penal dentre as complexas formas de violência doméstica, qual seja, o fato de sua ocorrência se fundamentar em questão de gênero.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; violência contra a mulher; juizado da mulher

Projeto de Pesquisa: Do Juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: a expansão do direito penal na violência doméstica contra a mulher no Brasil.

A INFLUÊNCIA FRANCESA NA ARQUITETURA DO RECIFE

Marcella Maria Motta Wirzberger¹; Amélia Maria de Oliveira Reynaldo Alves²
Sílvia Romero de Melo Ferreira³

¹Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologia; IC Voluntário.
E-mail: cellammw@hotmail.com

²Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Ciências e Tecnologia; E-mail:
ameliareynaldo@yahoo.com.br

³Professor do Curso de Engenharia Civil do Centro Ciências e Tecnologia; E-mail:
sr.mf@hotmail.com

A evolução das paisagens de uma cidade é influenciada pelo seu passado histórico e pelas intervenções realizadas. O trabalho tem como objetivo principal mostrar as mudanças ocorridas na arquitetura do Recife após a presença de engenheiros franceses na capital, que vieram a pedido do então governador da província, Francisco do Rego Barros. Para tanto, foram consultados recortes de jornais, documentos oficiais, registros iconográficos e bibliografias. Foi constatado que o governador, não simpatizando com os trabalhos desempenhados pelos engenheiros recifenses e tendo a seu favor a lei de 1835, contratou técnicos da Europa para que realizassem obras de modernização da capital pernambucana. Surgem, assim, os primeiros engenheiros estrangeiros, João Bloem; Boyer; Louis L. Vauthier, que assumem o cargo de técnico na Secretaria de Obras Públicas. Em dezembro de 1841, Rego Barros recebe o relatório da missão francesa no Recife e nele constavam obras para um Recife oitocentista. A capital pernambucana, que, antes de 1837, era uma cidade quase rústica, se viu, durante o governo do Conde da Boa Vista, em plena transformação e guiada pela modernização, para que seus habitantes não se ausentassem da capital em busca de uma cidade melhor no exterior. Algumas obras feitas por esses engenheiros marcaram a cidade, tais como o teatro Santa Isabel, obra do engenheiro francês Louis Leger Vauthier, e muitos prédios importantes começaram a surgir, com traços arquitetônicos dentro das linhas europeias desses engenheiros. Como exemplo: o palacete do barão Rodrigo Mendes (atualmente sede da academia pernambucana de letras), e o solar dos Tavares. Assim como muitas edificações sofreram pequenas reformas a fim de se adaptarem às novas exigências previstas pelas novas leis. A influência do governo de Rego Barros e da equipe francesa trouxe muita vivacidade para Pernambuco, e ficará para sempre marcada na cidade e na cultura Pernambucana.

Palavras-chave: embelezamento; modernização urbana; pensamento francês.

Projeto de Pesquisa: Recife Francês: regularidade e formoseamento

BIOPOLÍTICA, MULTIDÃO E POTÊNCIAS: UM DIÁLOGO ENTRE ANTONIO NEGRI E MICHAEL FOUCAULT

Maria Camila Florêncio da Silva¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ; IC Voluntário. E-mail: mcamilaflorencio@gmail.com

²Professor do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ; E-mail: gustavasantos@uol.com.br

O objetivo geral desta pesquisa é descrever um conceito mínimo de biopolítica a ser extraído da obra do pensador ativista italiano Antonio Negri, a partir do exame de suas bases políticas e filosóficas, e como ele consegue vincular o seu conceito peculiar de “multidão” como nova categoria ontológica da política. Para tanto, o método utilizado fora o de revisão bibliográfica, havendo, num primeiro momento, leitura extensiva de suas obras, e, no segundo momento, as menções de Negri ao conceito de biopolítica, tendo sido realizados fichamentos no decorrer deste. Pontualmente falando, biopolítica é um neologismo criado por Michael Foucault pra designar estilo de governo que regulamenta a população através do biopoder (a aplicação e impacto do poder político sobre todos os aspectos da vida humana). Mas, segundo Negri, esse seria um poder que pode decidir de maneira direta sobre a morte, não apenas a destruição de uma comunidade ou de um indivíduo, mas da humanidade inteira. Tal poder estaria inserido dentro do Império que apresenta sua ordem como algo permanente, eterno e necessário. Ele é um novo soberano, composto por series de organismos internacionais e sem fronteiras, uma nova ordem econômica mundial. Como consideração final, compreendo que a multidão se opõe ao Império sustentado por uma soberania antagônica à teoria clássica. O desafio da multidão é o desafio da democracia – é o governo de todos por todos. O seu projeto é a democracia em escala global.

Palavras-chave: biopolítica; multidão; potência.

Projeto de Pesquisa: Direito e Subjetividade: a construção de novas subjetividades pela jurisdição

FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS NA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Maria Catarina Lopes Calado¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹ Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário; E-mail: catarina-calado@hotmail.com

² Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: luciograssi13@gmail.com

Diante da tentativa de tornar o Poder Judiciário mais célere e que garanta de fato o direito à justiça, constata-se inúmeros obstáculos de diversas naturezas ao acesso a esse intento, razão pela qual o direito da inafastabilidade do Judiciário deve ser provido de normas secundárias garantidoras de sua plena execução, ressaltando que tanto as partes no processo como o juiz devem obedecer a certos ditames legais e éticos, evitando a discordância com o princípio da probidade processual. Para que seja assegurado o acesso à justiça bem como o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e a consequente celeridade do trâmite processual, é mister a imputação de sanções àqueles que agem com litigância de má-fé diante do flagrante desrespeito ao ordenamento jurídico. Para tanto, dispõe o magistrado de mecanismos bastante eficazes e que estão previstos no Código de Processo Civil, quais sejam, as sanções por litigância de má-fé que englobam as indenizações, as multas, os honorários advocatícios e o ressarcimento das despesas processuais. Sendo assim, o presente trabalho tem como objeto a análise de uma das sanções previstas no Código de Processo Civil e aplicada ao litigante de má-fé, qual seja, a indenização por perdas e danos prevista nos arts. 16 e 18 do CPC. O trabalho demonstrará a relevância das abordagens feitas quanto à responsabilidade das partes por dano processual e as análises da legislação, doutrina e jurisprudência, o que, contribuirá para que consigamos melhor compreender o instituto da litigância de má-fé no direito brasileiro. Com o presente trabalho restará evidenciada a relevância e necessidade da aplicação da sanção de indenização por perdas e danos no combate ao *improbis litigator* para que referida sanção prevista no Código de Processo Civil não se torne letra morta por falta de um preparo adequado do julgador para aplicá-las. Destarte, com a aplicação e correta interpretação das normas previstas no sistema processual civil brasileiro, os escopos do acesso à justiça e a garantia do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e célere serão alcançados mais facilmente pelo direito processual moderno.

Palavras-chave: boa-fé; litigância; processo civil brasileiro, probidade processual.

Projeto de Pesquisa: O Princípio da Probidade no Processo Civil Brasileiro.

PRECEITOS INDEFESOS: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SUBMETIDOS AO STF VIA ARGUIÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

Mariella de Lucena Pontual¹; José Mario Wanderley Gomes Neto²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro CCJ; IC Voluntário. E-mail: mariellalp@uol.com.br

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: jmariow@hotmail.com

Prevista pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, mas regulamentada apenas em 1999 com a Lei 9.882, a ação de descumprimento de preceito fundamental integra o campo das ações de controle de constitucionalidade concentrado brasileiro cuja apreciação é de competência do Supremo Tribunal Federal. Com o escopo de proteger preceitos fundamentais constitucionais, a propositura desta ação visa à reparação da lesão desses preceitos decorrentes de ato do poder público. Para a apreciação desta ação, faz-se necessário o preenchimento de três requisitos: a legitimidade ativa, a subsidiariedade e a indicação do preceito fundamental atingido diretamente pelo ato, sendo esse último o objeto desta pesquisa. A importância do estudo acerca dos preceitos fundamentais é inegável, visto que abarca não apenas as ciências jurídica e política mas também, o resguardo dos interesses de toda a sociedade brasileira. No entanto, trata-se de um instituto de conceito abstrato, pois não há, no ordenamento jurídico brasileiro, previsão legal que o defina, ficando a cargo da doutrina e jurisprudência determiná-los. Isto posto, pretende-se analisar as matérias constitucionais submetidas ao STF via ação de descumprimento de preceito fundamental, a fim de apurar quais vêm sendo agraciadas com o status de preceito fundamental por este Tribunal, o qual, até o presente momento, não se pronunciou concretamente acerca do tema. Salienta-se que esta pesquisa visa, precipuamente, a obter conclusões acerca da existência de preceitos fundamentais indefesos perante o Supremo. A fim de alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma coleta de dados acerca das ADPFs, na qual se pôde verificar, através da análise deles auxiliada pela estatística: que aproximadamente 42% das ADPFs propostas se encontram aguardando julgamento; que 34,38% dessas referem-se à organização do Estado e que apenas quatro ações, de todas até então propostas, foram julgadas improcedentes. Assim sendo, conclui-se que se instaura no Brasil a prática da judicialização da política, com a submissão ao Judiciário de matérias de competência legislativa e executiva, e que este, ante tais matérias, vem abstendo-se de ofertar posicionamento, fator agravado pela ausência de previsão legal que imponha limite temporal para o julgamento de tais ações, quase sempre fundamentais para a sociedade.

Palavras-chave: ADPF's; apreciação pelo STF; preceitos fundamentais indefesos.

Projeto de Pesquisa: Supremas escolhas: a arguição de descumprimento de preceito fundamental (adpf) e a seletividade das questões políticas submetidas ao Supremo Tribunal Federal.

O CASO ESCHER E OUTROS VS. BRASIL NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Maryllia Maria Gouveia Cysneiros Sampaio¹; Jayme Benvenuto Lima Júnior²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: marylliasampaio@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jayme@unicap.br

A justificativa do trabalho é a crescente importância do Poder Judiciário em vinculação com o Estado Democrático de Direito, resultando na *judicialização da política*. Muitas vezes, os juízes precisam julgar a partir de atos e omissões dos Poderes Executivo e Legislativo, ocasionando transferência de função legislativa para os tribunais. Esse atípico encargo pode implicar a interferência jurisdicional nos processos políticos de criação da norma e de definição de políticas públicas. Pesquisa propõe o exame da impossibilidade de desvincular Direito da Política. Assim, aprecia-se recente produção de sentenças internacionais sobre Direitos Humanos, especificamente da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), verificando aspectos jurídicos e políticos camuflados na linguagem for-mal das sentenças. Análise foi desenvolvida através de estudo comparado e crítico, de forma qualitativa, ao interpretar o fenômeno observado na sentença específica Caso Escher vs. Brasil. O fato consiste na interceptação e divulgação de escutas telefônicas de forma irregular pelo estado do Paraná. O objetivo da pesquisa é analisar estratégias argumentativas e práticas institucionais levadas a efeito pelo Poder Judiciário Internacional, com ênfase na Corte IDH, na construção da *domesticalização da política* pelo Direito. Foi constatada a insistência da Corte em manter firme a decisão de responsabilização do Brasil, permanecendo irredutível na condenação em publicar a sentença em jornais de grande circulação no país e no estado do Paraná, que geraria alto custo e pouco interesse aos leitores – difícil leitura por causa de termos jurídicos e das inúmeras páginas. Ao verificar outras decisões, constatou-se que é comum a publicação de grande parte da sentença nos casos de violação do direito à honra e à dignidade. Foi fundamental o estudo dos acontecimentos em torno de movimentos dos trabalhadores rurais em 1999, ano em que ocorreu o caso, pois as vítimas trabalhavam em associações populares que integravam agricultores e promoviam desenvolvimento comunitário. Em 1999, houve forte represália nacional à reforma agrária e, nesse sentido, o governo do Paraná, foi considerado bastante violento.

Palavras-chave: política e direito; sentenças internacionais; escutas telefônicas

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para uma Demarcação do Processo de Domesticação do “Político” pela Jurisdição Constitucional no Brasil

O CONCEITO DE BIOPOLÍTICA EM GIORGIO AGAMBEN: UMA NOVA ABORDAGEM DO PROBLEMA DA SOBERANIA

Nádia Maria da Silva Soares¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista UNICAP E-mail: soaresnadiamaria@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: gustavasantos@uol.com.br

Este projeto trata dos principais traços do conceito de biopolítica e soberania na obra do filósofo italiano Giorgio Agamben, que se tem tornado conhecido por sua intervenção na teoria política, ética e direito. Suas principais obras analisadas neste estudo foram *Homo Sacer*, *O estado de exceção*, *O que resta de Auschwitz* e *The Coming Community*. Soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção, essa é a famosa definição de Carl Schmitt que está presente na primeira linha de seu livro *Teologia Política* e é a partir dela que Agamben começará as suas investigações. Para o filósofo, a exceção é uma zona de indistinção em que não é possível saber o que seria bios (vida política) e zoe (vida biológica), norma e fato, externo e interno. É na exceção que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão. Nela, o corpo biológico do cidadão passa a ocupar uma peça fundamental na estratégia do poder soberano, tornando assim a política atual integralmente biopolítica. O autor alerta que o estado de exceção está tornando-se, em nosso tempo, cada vez mais permanente. O único meio de escapar dessa realidade é o repensar de uma noção de vida fora da separação entre vida nua e vida política. Agamben indica que o que é necessário para proporcionar um centro único para uma “política que vem” é uma forma de pensar o conceito de vida que já não funciona dentro do terreno da bios e zoé. A “política que vem” concede a ideia de comunidade para além da teoria da soberania, que deverá ser abandonada e que fundará consigo uma nova ética de responsabilidade não jurídica.

Palavras-chave: estado de exceção; biopolítica; soberania; vida nua

Projeto de Pesquisa: Direito e Subjetividade: a construção de novas subjetividades pela jurisdição.

A LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DA OFENDIDA NA CIDADE DO RECIFE (ANO 2007-2008)

Nathalia Cecília Guedes Dias Pereira¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntária. E-mail: nathaliacgdp@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: mariliamello@hotmail.com

Com o advento da Lei Maria da Penha em 2006, o direito brasileiro passou a apresentar um tratamento diferenciado aos casos em que a mulher é vítima de violência doméstica ou familiar. A partir da vigência dessa lei, fez-se necessário o estudo acerca dos tipos de violência sofridos por essas mulheres, bem como a análise dos obstáculos que existem quanto à aceitação, por parte dessas, ao exercício punitivo do Estado. A presente investigação teve o objetivo de estudar o perfil dessas vítimas, utilizando como referencial teórico a criminologia crítica, bem como visou a atender os objetivos do convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Universidade Católica de Pernambuco. O projeto desenvolveu-se, inicialmente, através de pesquisa doutrinária e, posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo onde foram analisados processos-crimes referentes ao ano de 2007 e 2008, no Juizado da Mulher desta cidade. O método de abordagem empregado foi o indutivo, ou seja, partindo de constatações particulares (processos que transitaram em julgado), chegou-se à elaboração de generalidades (perfil comum das ofendidas). A pesquisa de campo trouxe um estudo com relação à qualificação da vítima, contabilizando dados que comprovam, em sua maioria, que são pobres, têm um nível de escolaridade baixo, com faixa etária entre 31 e 50 anos, moram em bairros da periferia e são “do lar” ou possuem empregos sem grandes perspectivas de ascensão profissional e econômica. Destaca-se, ainda, o fato de grande parte possuir relação amorosa com o seu “agressor”, bem como mais da metade dos casais possuírem filhos. Nesse cenário, verificou-se também o número considerável de processos que tiveram como motivo do fato o inconformismo do agressor com o fim do relacionamento e os raros casos em que se teve uma sentença condenatória. Dessa forma, conclui-se que a mais frequente motivação das mulheres em procurar as delegacias e o Juizado da Mulher não consiste em criminalizar o parceiro, e sim romper com a situação violenta que a atinge e pacificar o circuito de relacionamento familiar no qual estão incluídos os filhos ou mesmo outros parentes, fato esse que se contrapõe às expectativas do movimento feminista ou mesmo ao panorama punitivista da Lei Maria da Penha.

Palavras-chave: lei 11.340/2006; violência doméstica; sujeito passivo.

Projeto de Pesquisa: Do Juizado Especial Criminal à Lei Maria da Penha: a expansão do direito penal na violência doméstica contra a mulher no Brasil.

A IDEOLOGIA NO DISCURSO DECISÓRIO EM QUESTÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nívea Virgínia Varejão Nogueira da Paz¹; Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro CCJ; Bolsista do CNPq. E-mail: nivea_varejao@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: virginia.colares@gmail.com

Este projeto de pesquisa investiga, no processo judicial, o ocultamento ideológico, através do estudo da fundamentação e da argumentação em peças judiciais autênticas relativas a questões de violência contra a mulher, contribuindo para compreensão da judicialização do feminismo. Possui como objetivos específicos levantar nas decisões judiciais prolatadas indícios de desigualdade, preconceito e discriminação contra a mulher. Analisar, no texto legal, os modos de operação da ideologia capazes de estabelecer e sustentar relações de dominação. A metodologia se inscreve na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) ao apontar evidências de como as estruturas e práticas sociais afetam e determinam a escolha dos elementos linguísticos utilizados nas decisões judiciais relativas aos casos de violência contra a mulher. Na legislação brasileira, o Estado preconiza que as decisões judiciais sejam neutras, imparciais e isentas de subjetividade. Caberá às partes de um processo judicial verificar se as razões que as motivaram a ingressar com uma ação judicial foram apreciadas pelo magistrado. E poderão verificar isso através dos argumentos utilizados pelo magistrado em sua fundamentação. O *corpus* da investigação realizada por este projeto de pesquisa foi constituído por dez decisões judiciais autênticas, relativas a questões de violência contra a mulher. A partir dos trechos retirados das peças analisadas tornou-se possível observar estratégias de manutenção do poder como se constatou em um trecho retirado de uma das peças integrantes da amostra qualitativa selecionada, fragmento 01, a seguir: “48-... Por isso — e na esteira destes raciocínios — dou-me o direito de ir mais longe, e em definitivo! 49-O mundo é masculino! A idéia (*sic*) que temos de Deus é masculina!”. Essa peça analisada refere-se ao processo nº 222.942-8/06 decisão referente à Lei Maria da Penha proferida pelo Juiz de Direito de Sete Lagoas/MG. Nas linhas 48-49, fica evidente que a visão de mundo do magistrado baseada em suas crenças e valores, se sobrepõe à lei, indo de encontro ao Princípio da Isonomia assegurado pela Constituição Federal em seu art. 5º, *caput*: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; Inciso I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.”

Palavras-chave: decisões judiciais; argumentação e fundamentação; judicialização do feminismo.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: Para Uma Demarcação do Processo de Domesticação do “Político” pela Jurisdição Constitucional do Brasil.

A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO: TEORIA E EVIDÊNCIA EMPÍRICA PARA PAÍSES DO MERCOSUL E CHILE

Rafael Henrique Silveira de Lima¹; José Alexandre Ferreira Filho²

¹Estudante do Curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais; Bolsista da UNICAP.

E-mail: silveira.delima@hotmail.com

²Professor do Curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais;

E-mail: jose.ferreira@unicap.br

Instituições são regras criadas pela sociedade, tais como os direitos de propriedade e a manutenção da estabilidade política, buscando delimitar o funcionamento dos sistemas jurídico, político e econômico. Considerando o crescimento econômico como tendo determinantes endógenos, o objetivo deste trabalho é analisar a influência de variáveis institucionais para o crescimento econômico de países latino-americanos, com foco no caso brasileiro. É sabido que a estabilidade política, normalmente, fornece altos níveis de segurança aos direitos de propriedade, viabilizando investimentos, inclusive em avanços tecnológicos – fundamentais para o desenvolvimento econômico. Entretanto, a estabilidade deve manter em suas bases a flexibilidade, para que mudanças não deixem de ocorrer em momentos cruciais, efetuando reformas no sistema com o objetivo da maximização da eficiência no longo prazo. Assim, surge o impasse acerca da manutenção do *status quo* versus uma maior facilidade na implementação de políticas públicas capazes de modificar o ambiente político, objetivando uma melhoria no desempenho econômico de longo prazo. Concluímos que, não obstante a importância das variáveis associadas com a boa governança, o crescimento econômico brasileiro, assim como para o conjunto MERCOSUL – Chile, foi associado negativamente com o maior número de *veto players* (agentes com poder de veto), bem como com a maior duração de seus mandatos. Outro ponto relevante foi o fato de a variável segurança jurídica também estar associada negativamente com o crescimento econômico, corroborando a análise institucional descrita. Assim, a menor capacidade de vetar mudanças políticas e econômicas esteve associada a melhores taxas de crescimento, o que não significa que não deva haver estabilidade institucional, mas aponta que a capacidade de mudar o *status quo* é fundamental para criar condições de crescimento para os países em desenvolvimento.

Palavras-chave: governança; reformas; políticas públicas; *veto-players*.

Projeto de Pesquisa: A Importância dos Fatores Institucionais para o Crescimento Econômico: Teoria e Evidência Empírica para Países da América Latina

A RELATIVIZAÇÃO DO CASO JULGADO NOS IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ARGENTINOS E BRASILEIROS

Rayane Gomes Dornelas¹; Hélio Silvio Ourem Campos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC/UNICAP. E-mail: rayane.dornelas@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ouremcampos@jfpe.gov.br

O estudo de um Direito Tributário transconstitucional é assunto recorrente na atualidade. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) incidem sobre mercadorias industrializadas, nacionais e estrangeiras. Os respectivos impostos introduzidos nesta pesquisa estão ligados a dois princípios de suma importância para o ordenamento jurídico: o da isonomia e o da segurança jurídica. Outrossim, o IPI e o IVA possuem relevante contribuição para a economia do Brasil, da Argentina e para o MERCOSUL- caso o seu processo de integração seja concluído. Destarte, assumiu-se o objetivo geral de verificar se o princípio da isonomia é aplicado no tratamento aos contribuintes tanto na Receita Federal (Brasil) como na Agência Federal de Ingressos Públicos (Argentina), com vista ao MERCOSUL. Para realizar tal intuito, foi necessário identificar a origem e a necessidade da criação de tais impostos, como forma do Estado e da sociedade assumirem as responsabilidades do desenvolvimento em seus respectivos países; analisar a sistemática e o funcionamento da cobrança do IPI e do IVA, visando a compreender a problemática existente sobre a possível junção desses impostos no MERCOSUL; entender a relativização do caso julgado e a relação entre princípio da isonomia e da segurança jurídica com o tema em estudo. Em face disso, constatou-se, através de um estudo comparado entre Brasil e Argentina, as diferentes realidades de sistemas tributários desses países e que, a possível união de tais impostos, caso o MERCOSUL evolua na sua unificação, seria o ideal tanto para tal bloco econômico quanto para o Brasil visto que os conflitos com ICMS acabariam. Além disso, tendo em vista as inúmeras decisões discrepantes a respeito do tema nos ordenamentos jurídicos de ambos os países, ocasionaram o ferimento do princípio da segurança jurídica e, por consequência, o da isonomia, provocando, assim, a relativização do caso julgado. Quanto à metodologia, a pesquisa teve caráter bibliográfico e interpretativo, além do recolhimento de informações nos órgãos federais, juntamente com entrevistas às pessoas da área jurídica e correlatas.

Palavras-chave: IPI E IVA; relação fisco-contribuinte; decisões judiciais divergentes.

Projeto de Pesquisa: As Questões de Massa ou Seriadas no Âmbito da Relativização da Coisa Julgada e do Princípio da Isonomia em Um Direito Tributário Transconstitucional.

A UTILIZAÇÃO DO PROCESSO PARA CONSEGUIR OBJETIVO ILEGAL: HIPÓTESE DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

Renata Gonçalves Aragão de Arruda Barbosa¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas, IC Voluntário. E-mail: r.aragaobarbosa@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: luciograssi13@gmail.com

A efetividade do processo judicial está intrinsecamente relacionada ao chamado princípio da probidade processual, o qual deve ser observado não só pelas partes e pelo magistrado, mas por todos que, de certa forma, venham a interferir na lide, sejam como intervenientes ou auxiliares da Justiça. Nesse sentido, o ordenamento jurídico pátrio impõe deveres de lealdade, urbanidade e boa-fé, sob pena de serem aplicadas sanções àqueles que descumprirem as determinações legais, atuando no processo de forma desonesta, utilizando-se de chicana e fraude, entre outras condutas reprováveis, com o fim de forjar uma verdade e ganhar a demanda a qualquer custo, em prejuízo de outrem, de forma particular, ou de uma coletividade, haja vista o processo eminentemente ser dotado de uma função social. Resta evidente, portanto, que a regra processual positivada tem por fito coibir as condutas ímprobas dos postulantes, contrárias aos preceitos éticos e morais norteadores do direito, que possam vir a macular a persecução pela verdade real e, por conseguinte, causar sérios prejuízos tanto aos envolvidos diretamente na lide, quanto à credibilidade do Judiciário, tornando insuficiente o provimento jurisdicional. Partindo dessas premissas, o presente trabalho tem por finalidade perquirir a respeito da litigância de má-fé, sobretudo no que se refere à hipótese específica da utilização do processo com o fim de alcançar um objetivo ilegal, através de uma perspectiva da casuística, questionando de que forma pode o Estado-juiz identificar e coibir a deslealdade processual, a impedir a propositura de demandas totalmente infundadas, eivadas, desde seu início, de interesses obscuros.

Palavras-chave: probidade processual; litigância de má-fé; objetivo ilegal.

Projeto de Pesquisa: O Princípio da Probidade no Processo Civil Brasileiro

A DEMOCRATIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL A PARTIR DO PROCEDIMENTO ESTABELECIDO PELA LEI 9868/99: ANÁLISE DO PODER DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DO STF.

Silvana Mattoso Gonçalves de Oliveira¹; João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista da CNPq. E-mail: silvanamattoso@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jpallain@hotmail.com

A pesquisa - com base no pensamento de Pierre Bourdieu - busca analisar o poder da violência simbólica, exercido através da dominação que o Supremo Tribunal Federal desempenha diante de uma sociedade plural e democrática, na qual, as decisões tomadas pelo juiz são vistas por aquele a quem se dirige como algo natural e não-arbitrário. Assim, como o pano de fundo, uma sociologia reflexiva, oriunda da obra “O Poder Simbólico”, o trabalho tem como objetivo analisar, a partir das decisões judiciais emanadas pelo STF, o grau de abertura da Jurisdição Constitucional Brasileira com advento da Lei 9868/99, ao dispor sobre as ADINs. A investigação científica fará uso de pesquisa bibliográfica e proceder-se-á, ainda, à coleta das Ações de Controles de Constitucionalidade referentes ao ano de 2010, no endereço eletrônico da Suprema Corte. Verificou-se que 37 ADINs foram propostas em 2010 e que, 42 foram julgadas. Por sua vez, será realizada uma delimitação dessas ADINs (julgadas), sendo analisadas tão somente as que dizem respeito aos conflitos de classe, diante da perspectiva Bourdiediana. Portanto, o conceito de poder simbólico como um poder invisível, sendo exercido pelos dominadores com cooperação daqueles que inconscientemente se sujeitam ao poder, dando ensejo à violência simbólica, ocorre devido aos sistemas simbólicos ou ideológicos que são o resultado do monopólio dos agentes sociais e, por meio do poder simbólico, criam estruturas de pensamento de dominação encaradas como arcabouço legítimo pelos dominados que não percebem o poder de inculcação existente na classe dominadora. Esses sistemas cumprem a sua função política de imposição que contribuem para gerar a dominação de uma classe sobre a outra, logo, Bourdieu explica esse fato, como lutas simbólicas, quando às diferentes classes estão envolvidas para imporem os seus interesses de forma arbitrária. É nesse contexto que o STF é analisado como instrumento de dominação quando faz uso do Controle de Constitucionalidade em sede das decisões alusivas aos conflitos de classes.

Palavras-chave: controle de constitucionalidade; instrumento de dominação; decisões judiciais; conflitos de classes.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da Política: para uma demarcação do processo de domesticação do “político” pela jurisdição constitucional no Brasil.

LIBERDADE DE IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO ARGENTINA

Tatiana Arruda Cabral¹ Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do CCJ; IC Voluntário. E-mail: tatcabral@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do CCJ; E-mail: gustavosantos@unicap.br

A liberdade constitui um direito fundamental de primeira dimensão. O direito de se expressar livremente esteve, desde as primeiras reflexões sobre democracia, no rol das condições fundamentais para a garantia desse regime. Contudo, é inevitável que, na prática, para proteger e garantir a efetividade desse direito e para dirimir possíveis controvérsias quanto ao seu pleno exercício, é necessário aplicar alguns postulados clássicos de interpretação e editar políticas públicas que dêem segurança ao setor da comunicação social. Nesse sentido, para assegurar a Democracia, nesta área do continente americano, onde foram amplamente utilizados processos violentos e ditatoriais, sobretudo mediante o cerceamento da liberdade de expressão, tolhidos por uma máquina repressiva de controle da informação, é mister o estudo e regulamentação das mídias. A regulamentação desse setor é tendência mundial, mas ainda é palco de muitos debates a cerca de uma possível censura por parte da Autoridade Regulatória. Recentemente a Argentina editou a Lei 26.522/09, a chamada "Nueva Ley de Medios", que regula os serviços de comunicação áudio visual, sem restrições quanto às tecnologias. A referida lei, trouxe várias medidas que asseguram o fortalecimento do setor bem como da democracia, tais como: o incentivo a impedir a concentração dos meios de comunicação, com, por exemplo, a limitação do número de outorgas; restrições a formações de redes; limitações à propriedade cruzada; o incentivo ao setor privado não comercial (entidades sem fins lucrativos); altas cotas de conteúdos nacional e local; preocupação com a acessibilidade (legendas e língua de sinais); a criação da "*Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual*", entre outros. Por tentar ser tão completa e abrangente, a referida lei foi bastante criticada. Na antemão democrática, constituiria um verdadeiro atentado à liberdade de expressão. Através de sentenças precárias, sem adentrar no texto normativo, a aplicação da Lei 26.522 chegou a ser suspensa. O país vizinho trouxe para o Brasil, uma antiga discussão a ser enfrentada independentemente de governo: a necessidade regulamentar o setor de Comunicação Social, destaque-se, matéria prestigiada em capítulo próprio de nossa atual Constituição Federal. Até 2009 vigorou a Lei 5.250/67, isto é, editada ainda no período da ditadura militar. O Supremo Tribunal Federal declarou a incompatibilidade da Lei com a Constituição de 1988, formalizado através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental/ADF nº130. Atualmente o Brasil não tem lei específica regulamentando o setor, que está à deriva, no impetuoso oceano do mercado.

Palavras-chave: comunicação; democracia; Lei 26.522/09 da Argentina.

Titulo do projeto: A liberdade de expressão e Jurisdição Constitucional – os dilemas da atividade de controle dos limites dos direitos fundamentais.

UM ESTUDO COMPARADO ENTRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E O IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

Thiago Augusto Alves da Silva¹; Hélio Sílvio Ourem Campos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: Thiago_Augustoo@Hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ouremcampos@jfpe.gov.br

Ao contrário do que muitos pensam, o Imposto Sobre Serviços (ISS), de incidência municipal, em muito contribui para o crescimento nacional, principalmente com a evolução acelerada do setor de serviços, justificando um necessário estudo mais aprofundo acerca do tributo em questão. Assim, o presente projeto de pesquisa tem como escopo principal analisar a origem do supracitado tributo, suas causas de incidência e sua concretização no mundo dos fatos. Para uma avaliação mais concreta da importância desse tributo, inúmeras formas de pesquisa poderiam ser desenvolvidas. Para tanto, foi escolhido um estudo comparado entre o ISS brasileiro e o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) lusitano. Ao contrário do que ocorre no Brasil, onde há um pluralismo de tributos, na maioria dos países – entre eles, Portugal – toda a tributação é efetivada em apenas um tributo, no caso, o IVA. Contudo, por se tratar um tema por demais extenso, foi necessário um corte epistemológico ainda mais profundo no projeto de estudo, de forma que seu enfoque se restringe apenas a uma análise da incidência da relativização do caso julgado em demandas em seriadas ou de massa e do princípio da isonomia, em situações que envolvessem, no Brasil, o ISS e, em Portugal, o IVA; tratando-se isso, portanto, do objetivo geral da presente pesquisa. Para isso, a metodologia usada inicialmente foi de um estudo jurídico-doutrinário em busca de informações acerca dos referidos tributos e num momento posterior à coleta através de sítios jurisprudenciais nacionais e alienígenas, além de uma pesquisa de campo, no caso brasileiro, na Procuradoria da Fazenda Municipal. Verificou-se, por fim, tratar-se de um tema muito rico, apesar de, no plano jurisprudencial, ser difícil a verificação ou não da ocorrência da relativização do caso julgado nos termos supracitados. Esse projeto não tem fim em si mesmo, mas trata-se de uma luz num tema tão interessante e de grande importância para o desenvolvimento tributário nacional, onde cresce as discussões sobre a reforma tributária.

Palavras-chave: relativização do caso julgado; ISS; IVA; princípio da isonomia.

Projeto de Pesquisa: As questões de massa ou seriadas no âmbito da relativização da coisa julgada e do princípio da isonomia

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA EM UM DIREITO TRIBUTÁRIO TRANSCONSTITUCIONAL NOS ESQUEMAS DE LAVAGEM DE BENS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Valéria de Pina Santos¹; Hélio Sílvio Ourem Campos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: xxlelinhapx@hotmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ouremcampos@fisepe.pe.gov.br.

A aludida pesquisa trata da relativização da coisa julgada através de uma abordagem bastante ampla, a saber, o Direito Comparado, revestido sob o tema da transnacionalidade. Como aparato para o seu desenvolvimento, utilizou-se a doutrina sobre o delito da lavagem de dinheiro em duas nacionalidades: Brasil e Colômbia. Num primeiro momento, foi destacado o instituto da relativização da coisa julgada em seu aspecto geral, citando suas características, princípios, funções e mecanismos. Posteriormente, fez-se um estudo mais aprofundado sobre o tipo penal de ordem tributária – lavagem de bens –, incluindo a sua origem global e conceitos genéricos, para, enfim, tratá-lo de maneira mais específica quanto a sua incidência no Brasil e na Colômbia, comparando-os. A partir disso, baseando-se no enfoque empírico, buscas na jurisprudência de ambos os países, demonstrarão, o processamento desta matéria nos tribunais, revelando, desta forma, se há uniformização dos julgados. Por fim, este estudo possui como característica denotar, mesmo que singelamente, possíveis soluções adotadas pelos dois países e se há êxito internacionalmente, já que o delito possui traços globais, além de traçar as consequências primordiais da incidência da lavagem de bens no Brasil e na Colômbia, bem como o combate proferido pelos dois países ao crime. O tratamento dado ao crime varia entre o Brasil e a Colômbia – países vizinhos, com bases culturais semelhantes –, dificultando sua prevenção e repressão. Por isso, é necessária implantação de um sistema claro e específico de colaboração entre autoridades locais e internacionais e que seja eficiente na prevenção e combate do ilícito, adequado a cada nação.

Palavras-chave: lavagem de dinheiro; jurisprudência; transnacional.

Projeto de Pesquisa: As Questões de Massa ou Seriadas no Âmbito da Relativização da Coisa Julgada e do Princípio da Isonomia em um Direito Tributário Transconstitucional.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E AS MULTAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Vanessa Almeida ¹Linard; Lúcio Grassi Gouveia²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas, IC Voluntário. E-mail: nessa.linard@hotmail.com

²Professor e Doutor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: luciograssi13@gmail.com

Sabe-se que o processo se inicia quando há um conflito instaurado, ou seja, quando as partes enfrentam uma lide onde há necessidade da atuação de um juiz imparcial para solucionar o objeto do conflito. Em vista disso, para o resultado final ser justo, ele deve ser pautado na probidade processual, melhor dizendo, o processo deve ser livre de vícios ou de que qualquer ato que o macule. Percebe-se, pois, que a litigância de má-fé ocorre quando há uma atuação maldosa, seja por dolo ou culpa, da parte ou do interveniente, causando um dano processual a parte contrária. É, portanto, a utilização de meios escusos com o intuito de prolongar deliberadamente o andamento do processo ou ainda vencer a lide. A punição dos agentes causadores desse ato se faz imprescindível e fundamental à lide processual. O objetivo a que essa visa com a imposição dessa sanção é educar o faltoso, evitando, assim, novas transgressões às normas de lealdade, servindo de exemplo aos demais para que não atuem de forma a congestionar o poder judiciário, ao mesmo tempo em que tem por objetivo compensar a outra parte pela demora adicional imposta antes da solução do litígio. O art.18 do CPC determina o limite de 1% sobre o valor da causa, a título de multa, mais perdas e danos que a parte contrária vier a sofrer e os honorários advocatícios, assim como as despesas que tenha a mesma efetuado. Percebe-se que esse valor estipulado é inócuo e irrisório, pois a quantia de 1% não ocasiona, maioria das vezes, nenhuma punição ao que litiga de má-fé, sendo, em muitos casos, mais atraente praticar o ato desleal prejudicando a outra parte e/ou o processo, tendo em vista sua pequena valoração. Para se chegar a essa conclusão, foi necessária a leitura de doutrinas, revistas jurídicas e artigos científicos tanto nacionais como estrangeiros, como também a análise jurisprudencial que embasou a necessidade da penalização de forma razoável ao litigante de má-fé, para que, dessa forma, o princípio da efetividade possa atuar de forma plena na jurisdição brasileira.

Palavras-chave: multas processuais; probidade; boa-fé.

Projeto de Pesquisa: O Princípio da Probidade no Processo Civil Brasileiro

O CONCEITO DE CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA E SUA INTERFERÊNCIA NA CONCEPÇÃO DE PRODUTOS JORNALÍSTICOS EM SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

Yuri Silvestre Bruscky¹; Alexandre Figueirôa Ferreira²

¹Estudante do Curso de Jornalismo do Centro de Comunicação Social; Bolsista do CNPq.

E-mail: filombeto@hotmail.com

²Professor do Curso de Jornalismo do Centro de Comunicação Social; E-mail: figueiro@unicap

A convergência de meios digitais afigura-se como um dado primordial para a análise do jornalismo contemporâneo. O crescente processo de inovação tecnológica provocou mudanças estruturais no modelo de organização dos grupos de mídia, e a rotina produtiva desses orienta-se cada vez mais pela utilização de plataformas expressivas hibridizadas. A crescente sinergia entre os meios e linguagens volatilizou as vocações específicas de cada veículo, impulsionando a elaboração de métodos específicos de gestão, que abarcam desde a racionalização técnica dos recursos materiais à mobilização de competências especializadas. Nesse contexto, as empresas têm que lidar com novas demandas de produção, armazenamento e disseminação de conteúdos surgidas no bojo da migração digital dos meios de comunicação. No entanto, a operacionalização industrial desses novos fluxos não se processa de maneira linear. Vincula-se antes a uma base socioeconômica complexa, que condicionará a intensidade com que se processarão tais transformações. Desse modo, ao mesmo tempo em que os modelos instituídos vêm sofrendo uma série de readequações, novas formatações possíveis são geradas, tendo em vista a sua legitimação junto ao público enquanto instância privilegiada de mediação discursiva e a sua capacidade de mobilização de capital. A investigação das implicações conceituais derivadas da adoção de planos de convergência nos grupos midiáticos, encampada a partir do levantamento e análise das estratégias de produção multiplataforma, bem como do seu dimensionamento sócio-histórico, possibilita uma compreensão mais acurada das transformações operadas no seio das indústrias culturais no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Palavras-chave: jornalismo; novas mídias; indústrias culturais.

Projeto de Pesquisa: Implicações Conceituais da Circulação de Informações nos Ambientes de Convergência Midiática em Sistemas de Comunicação Regionais.